

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**LAVADEIRAS VÃO À LUTA: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA
ALARMES NA BAHIA (1983-2002)**

Johanna Brígida Rocha Ribeiro Meyer

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2016

M612l	<p>Meyer, Johanna Brígida Rocha Ribeiro</p> <p>Lavadeiras vão à luta: organização e atuação da ALARMES na Bahia. (1983-2002) / Johanna Brígida Rocha Ribeiro Meyer; orientador Fábio Maza. – São Cristóvão, 2016.</p> <p>82f.: il.</p> <p>Dissertação (mestrado História) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.</p> <p>1. Força de trabalho – Mulheres. 2. Lavadeiras (Salvador, BA). 3. Mulheres em associações sem fins lucrativos (Salvador, BA). 4. Movimentos sociais. 5. Mulheres – Canções e música. 6. Negras (Salvador, BA). 7. Associações, instituições, etc. 8. Trabalhadoras. I. Mazza, Fábio, orient. II. Título.</p> <p>CDU: 94:331.522.4-055.2(813.8)</p>
-------	--

JOHANNA BRÍGIDA ROCHA RIBEIRO MEYER

**LAVADEIRAS VÃO À LUTA: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA
ALARMES NA BAHIA (1983-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração de Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maza.

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2016

JOHANNA BRÍGIDA ROCHA RIBEIRO MEYER

**LAVADEIRAS VÃO À LUTA: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA ALARMES NA
BAHIA. (1983-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na área de concentração de Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maza

Aprovada em 24 de agosto de 2016.

Prof. Dr. Fábio Maza

(UFS)

Prof. Dr. Clovis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira

(UEFS)

Prof. Dra. Edna Maria Matos

(UFS)

*Para Elisabeth, minha mãe, que torce por mim de forma incondicional.
Para Augusto (in memoriam) meu pai, por cada ensinamento e incentivo.*

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho não se configura como uma das tarefas mais fáceis, visto que a pesquisa se apresenta como uma atividade, substancialmente, solitária, no entanto, são muitas pessoas que caminharam junto comigo e que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Nesse sentido, agradecer a essas pessoas se torna algo que compõe este processo, afinal de contas, “a vida é um mutirão de todos”. Primeiro, gostaria de agradecer aos meus pais, Elisabeth e Augusto, que me incentivaram a buscar os meus objetivos e plantaram a semente da inquietação em mim. Aos meus irmãos, Márcio, Cristiano e Roberto, por estarem sempre do meu lado. Quero destacar a contribuição imprescindível do meu irmão Cristiano que ajudou na viabilização das minhas viagens a Aracaju.

Agradeço também ao meu orientador, Fabio Maza, que sempre foi muito receptivo, além de me tranquilizar em momentos de desespero. Aos professores do Departamento de Pós- Graduação da UFS, Edna Matos, Augusto Silva, Célia Costa, Petrônio Domingues e Alfredo Julien que contribuíram com os componentes curriculares da minha formação, na condição de mestranda.

Agradeço também a todos os meus colegas de turma, pelas conversas, discussões e trocas intelectuais enriquecedoras. Todos foram muito importantes neste processo.

Aos professores do Colegiado de História da UNEB (Campus II): Clóvis Moraes, Iuri Ramos e Marilécia Santos, a minha gratidão pelo incentivo ao meu ingresso no mestrado.

Grata também aos funcionários do CEAS - Centro de Estudos e Ação Social, com destaque para Nélia e professor Iraneidson Costa.

Os amigos também foram importantes, pelas palavras de apoio e de incentivo, por isso, preciso reforçar o agradecimento às amigas Tatiane Figueiredo, Ane Miranda, Adriana Santos e Maria do Carmo Nascimento.

Há pessoas que também passam na nossa vida e acabam contribuindo bastante no nosso caminhar. Nesse sentido, a minha gratidão aos historiadores (as) Railton Souza, Aline Gonçalves e Alisson Barbosa.

Agradeço também a Herbesson que me apoiou com palavras de incentivo e respeitou as minhas ausências durante a construção da dissertação.

Finalmente agradeço à CAPES que concedeu a bolsa, possibilitando a viabilidade desta pesquisa.

Amo a história. Se não amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma profissão, cumprida sem amor; reservar a outra á satisfação das necessidades profundas- algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a história- e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo.
(Lucien Febvre)

RESUMO

Neste trabalho, buscamos visualizar o processo de formação da ALARMES (Associação das Lavadeiras da Região Metropolitana de Salvador) como agente mobilizador da sua categoria. As formas de organização, as demandas, pautas e reivindicações das lavadeiras são, pontos chave de discussão dentro desse panorama. Além disso, a pesquisa apresenta o relato de várias lavadeiras, bem como um debate sobre o modo como essas trabalhadoras são retratadas na Historiografia. Para tal empreitada, foi realizada uma análise do esboço do Estatuto da ALARMES, periódicos da época, Boletins da Associação, tabelas e cartas. Este trabalho segue as indicações do historiador inglês E. P. Thompson (1987), ao entendermos a formação da associação enquanto resultado de suas experiências “herdadas e/ou partilhadas”. É importante ressaltar, ainda, que a investigação aqui exposta esteve pautada numa bibliografia pertinente com o recorte temporal analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Lavadeiras; Bahia; Movimentos de mulheres.

ABSTRACT

Search to view the process of forming the ALARMS (Lavadeiras of Association of the Metropolitan Region of Salvador) as a mobilizing agent in its category. Forms of organization, the demands, guidelines and claims of washerwomen will be key points of discussion within this panorama. In addition, the research presents the story of several laundresses as well as a discussion on how these workers are portrayed in Historiography. For this endeavor, we carried out a Statute outline analysis of ALARMS, periodicals of the time, the Association Bulletins, tables and charts. This work follows the indications of the English historian E. P. Thompson, to understand the association of training as a result of their experiences "inherited and / or shared." It is important to note also that the research outlined here was guided in the bibliography to the analyzed time frame.

KEYWORDS: Lavadeiras; Bahia; Womens movements.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALARMES	Associação das Lavadeiras da Região Metropolitana de Salvador
ANAMPOS	Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CF	Constituição Federal
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EVA	Estrada Velha do Aeroporto
FGTS	Fundo de Garantia por tempo de serviço
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MCD	Movimento de Luta Contra o Desemprego
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MOM	Movimento de Moradia – MOM
MOS	Movimento de Saúde – MOS
MST	Movimento Sem Terra – MST
MTC	Movimento de Transporte Coletivo
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
Pe.	Padre
PIS	Programa de Integração Social
Sindomésticos	Sindicato dos Empregados Domésticos
UDR	União Democrática Ruralista

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Recorte de jornal “Roupa lavada na rua”	p. 29
Imagem 2: Recorte de jornal “Lavadeiras tem tabela de preços”	p. 30
Imagem 3: Tabela das lavadeiras de Alagoinhas e Pojuca, 1991.....	p. 32
Imagem 4: Panfleto produzido pelas lavadeiras em 1985.....	p. 35
Imagem 5: “Lavadeiras no Rio de Janeiro”	p. 44
Imagem 6: Primeiro Boletim da ALARMES.....	p. 48
Imagem 7: Convocatória para assembleia geral da ALARMES	p. 48
Imagem 8: Foto de passeata da ALARMES em Salvador	p. 50
Imagem 9: Boletim da ALARMES,	p. 64
Imagem 10: Panfleto de lavanderia industrial.....	p. 72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. LAVADEIRAS VÃO À LUTA: MULHERES CONSTRUINDO UM MOVIMENTO.....	17
1.1 MULHERES NEGRAS, SUBJETIVIDADE, HISTÓRIA E A ALARMES	24
1.2 A ALARMES E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	35
2. LAVADEIRAS NA HISTÓRIA/HISTORIOGRAFIA: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA ALARMES.....	39
2.1 LAVANDO, QUARANDO, TORCENDO: O LUGAR DAS LAVADEIRAS NA HISTORIOGRAFIA.....	39
2.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA ALARMES.....	45
2.3 A SAÚDE DAS LAVADEIRAS.....	51
2.4 PATROAS X LAVADEIRAS.....	52
3. CARTAS, MÚSICAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS: ALARMES EM REDE....	56
3.1 A ALARMES E AS CARTAS.....	58
3.2 CANTANDO E ALARMANDO.....	62
3.3 ALARMES EM REDE.....	63
3.4 A ALARMES E A POLÍTICA.....	67
3.5 A LAVAGEM DE ROUPA E AS NOVAS TECNOLOGIAS.....	71
IN (CONCLUSÕES): A ESCRITA DO TEXTO SEM PONTO FINAL.....	76
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Desde a graduação, o tema das lavadeiras esteve presente nas minhas motivações acadêmicas como objeto de interesse para pesquisa histórica. Na monografia¹, a análise foi direcionada às Lavadeiras de Alagoinhas, em que pude perceber não só as mobilizações entre diversas cidades do interior da Bahia, como também o desenvolvimento daquele grupo na capital. A partir disso, veio a inquietação de dar continuidade e analisar a intensidade da mobilização delas em Salvador. Neste trabalho, pude verificar a formação de diversos grupos de lavadeiras que se concentravam nos bairros periféricos da capital baiana, estando atenta às suas demandas, às suas ferramentas de mobilização e à forma que a associação ganhou grandes proporções no cenário baiano da década de 1980.

Trata-se de um panorama complexo, dinâmico, em que diversas forças e sujeitos atuaram de maneira visceral. Quando falamos em cenário, é fácil nos remetermos ao lugar em que se desenrola algum fato, mas este cenário histórico, ao qual nos reportamos, se apresenta não como algo imóvel, mas vivo, em constante movimentação com os seus diversos atores. As lavadeiras que compunham a ALARMES - Associação das Lavadeiras da Região Metropolitana de Salvador – eram, em sua maioria, mulheres negras, analfabetas e moradoras da periferia. Como essas mulheres, separadas espacialmente, conseguiram organizar uma associação? Essa inquietação torna-se uma questão importante na pesquisa, tendo em vista que, diferente de outras profissões, a de lavadeira se caracteriza pelo trabalho solitário. Ao contrário de outros ofícios em que há necessidade de se reunir, as lavadeiras conseguem desempenhar, tranquilamente, seu trabalho, em sua individualidade. Sob influência da História Social do Trabalho, essa pesquisa segue indicações de E. P. Thompson (1987) que possibilita pensar os processos de trabalho e da cultura cotidiana.

Muitas mulheres, de diferentes segmentos sociais e com críticas diversas à desigualdade sexual no mundo do trabalho e nas relações familiares, participaram do processo de elaboração da Constituição de 1988, uma vez que a nova carta deveria contribuir para ampliar a cidadania social também das mulheres. Estas ganharam bastante representatividade e conquistaram direitos significativos, como por exemplo, o direito de registrar uma propriedade rural enquanto titular, a ampliação do tempo de licença-maternidade, reconhecimento do direito de ser chefe de família, a reciprocidade no casamento e a igualdade

¹MEYER, Johanna Brígida Rocha Ribeiro. *Lavadeiras não são trouxas: experiências de um movimento social em Alagoinhas- BAHIA*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado da Bahia- UNEB, 2013.

entre mulher e homem. No entanto, diversas pautas e demandas ficaram de fora da constituição, como foi o caso de segmentos de trabalhadoras, a exemplo das lavadeiras.

O avanço das discussões e a politização do cotidiano doméstico, o fim do isolamento das mulheres no seio da família, a abertura do caminho para que se considerasse importante a reflexão coletiva e a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais foram muito válidos para a renovação da própria cultura associativa e sindical.

A maioria das mulheres ficava confinada aos chamados “empregos femininos”, que absorviam, em 1980, 70% das trabalhadoras. Desempenhavam as funções de empregadas domésticas, lavradoras e operárias menos instruídas. Os questionamentos das lavadeiras estavam associados à luta pela valorização da categoria, em busca de uma vida digna. É evidente que as suas demandas estavam relacionadas a questões básicas, porém não eram respaldadas legalmente. Contrariamente, a mesma conjuntura em que as mulheres faziam suas contestações, foi também um período em que as lavadeiras foram “afetadas radicalmente em muitos aspectos, a começar pelos locais nos quais estas desenvolviam suas atividades.” (SOUZA, 2008, p. 76). As lavadeiras de roupa perderam a sua funcionalidade, tendo em vista a proliferação das máquinas de lavar e o acesso às mesmas.

Apesar da força do Movimento das Lavadeiras e da busca do reconhecimento profissional destas, o estabelecimento do seu ofício, no contexto da década de 1980, estava na contramão da história, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento tecnológico direcionado à lavagem de roupa. Dessa forma, ao passo que as profissionais queriam se posicionar enquanto categoria a ser reconhecida, o contexto não foi favorável, contribuindo para que seu ofício fosse se perdendo ao longo do tempo. Por outro lado, é importante considerar que as novas tecnologias não se configuraram somente como vilãs das lavadeiras, uma vez que também possibilitaram praticidade e autonomia para muitas mulheres que desempenhavam uma dupla jornada de trabalho. Com isso, a regulamentação da profissão aconteceu em um momento em que esta entrava em declínio, como tantas outras, em decorrência da lógica do capitalismo, de mudanças técnicas, entre outros fatores. A máquina de lavar, portanto, se configurou como um recurso positivo para muitas mulheres que lavavam roupa em casa e acumulavam funções de trabalhadoras e donas de casa. Com isso, a criação e o fortalecimento do movimento ocorreram, paralelamente, com o processo de extinção da profissão.

A conjuntura da década de 1980 foi favorável para que houvesse um clima de esperança e otimismo por parte da maioria da população. Após longos anos de regime autoritário, as insatisfações e expectativas da sociedade se materializaram, provocando o

retorno do povo à vida pública e ao debate democrático. Segundo Sader (1988) as ampliações da atuação do cidadão na vida pública, com o exercício de seus deveres e direitos políticos, eram entendidas como democracia e os movimentos sociais urbanos, que ganharam a cena através das classes populares, na década de 1980, se configuraram como um novo sujeito político², em que demandas cotidianas como moradia e alimentação eram razões que os motivavam em torno de uma causa em comum. Nestes termos, a cidadania pode ser entendida como o produto de uma relação de poder entre os indivíduos e o Estado composta de pressões que resultam de diversos setores. O período que vai de 1970 ao fim da década de 1980 é considerado, por diversos sociólogos, como período “movimentista” ou “era da participação”³. Dessa forma, podemos visualizar uma enorme articulação popular de enfrentamento ao Estado, por melhores condições de trabalho, melhor qualidade de vida, na luta dos direitos sociais, encabeçada por partidos políticos, centrais sindicais e movimentos sociais. É importante destacar uma nova relação entre o Estado e os movimentos sociais que começou a se avolumar na década de 1980. Tal interligação se deu através de mobilizações e greves das Centrais Sindicais até às formas mais reduzidas, a exemplo das associações de bairro, como “clube de mães e de grupos de mulheres trabalhadoras, que se tornaram instrumentos de denúncia da ausência ou da precariedade dos serviços coletivos municipais” (GIULIAN, 2008, p. 646).

A década de 1980 abriu caminhos para novos canais de diálogo com o Estado, que, por sua vez, possibilitou que novas articulações entre movimentos sociais e instituições religiosas também fosse uma característica do período. As mobilizações contribuíram para alterar as relações sociais autoritárias, através de sindicatos e associações e ajudaram no processo de redemocratização (ROSTOLDO, 2014). Há quem diga que a década de 1980 foi o período mais repleto de movimentos e lutas sociais no Brasil, por conta da intensa movimentação social, das mudanças na conjuntura política e econômica e pela dimensão dos problemas sociais. As lutas tomaram características de agitação popular, com greves e saques ao comércio, demonstrando o descontentamento social e a necessidade de mudanças (GOHN, op. cit.).

Estes movimentos ganharam alcance e representatividade nas instâncias sindicais. De acordo com Giuliani (2004), esse momento não foi caracterizado somente com o aumento

²Idem, Ibidem.

³GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

quantitativo das plataformas de luta, mas também com a inauguração de um novo modelo que articulou as condições de produção e as modalidades de vida. Nesse sentido, foi a junção entre a herança histórica do sindicalismo e as lutas pela melhoria das condições de vida que inovou com os novos personagens oriundos dos movimentos sociais da década de 1980.

Diante desse panorama, podemos nos inquietar: Como mulheres analfabetas ou semianalfabetas, separadas espacialmente, conseguiram se organizar em uma associação? Quais as estratégias para conseguir tal organização? A realidade na qual está inserido o movimento de trabalhadoras domésticas (sobretudo lavadeiras, passadeiras e faxineiras) da região metropolitana de Salvador não era das mais satisfatórias no cenário baiano. Categorias de trabalhadores historicamente combativas, (petroleiros, metalúrgicos, petroquímicos, bancários, servidores públicos e rodoviários), também sofreram fortes impactos econômicos nos anos de 1980.

Um estudo de Lorena Silva Telles (2011) em fins do século XIX, no contexto da capital paulista, analisa as experiências sociais de mulheres escravas, libertas e descendentes livres no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Muitos africanos livres e nascidos na capital empregaram-se nas residências das elites e camadas médias urbanas. As ex-escravas e os descendentes livres sobreviveram dos poucos ganhos auferidos de serviços socialmente desqualificados. O estudo faz a reconstituição do cotidiano de variados trabalhos na cozinha, na lavagem e na limpeza da casa. A partir da sua análise, a historiadora percebe, nas entrelinhas, a insubordinação às jornadas de trabalhos exaustivos, aos maus tratos e aos baixos ordenados. Assim, fica evidente a permanência de um escravismo doméstico. Ainda no século XIX, mas no contexto da capital baiana, Soares (2006) também analisa as relações entre patroas e empregadas, dando ênfase para a atuação de mulheres negras. O autor destaca a permanência dos resquícios das tradições escravistas nas relações sociais em Salvador.

A herança paternalista e patriarcal, de alguma forma, ainda se mantinha viva nas relações sociais entre patroa e empregada na década de 1980, haja vista a permanência de maus tratos e de baixos salários, questões centrais para as lavadeiras da ALARMES.

É importante destacar a importância do movimento de lavadeiras para a regulamentação desta função, para a conquista de direitos e para a valorização das trabalhadoras. É necessário evidenciar suas lições para tantos outros movimentos de mulheres que ainda vivem algum tipo de opressão. Assim, vale ressaltar que um dos maiores desafios para o movimento vivenciado pelas lavadeiras foi a desorganização presente, uma vez que era muito difícil a articulação entre as trabalhadoras de diversos locais. Mesmo tendo trajetórias

em comum, não era tarefa tão simples mobilizar um quantitativo considerável de mulheres, levando em consideração as relações isoladas de cada lavadeira com suas respectivas patroas, mostrando que a opressão de gênero também ocorre entre mulheres, ainda pautada na tradição de mando e obediência, oriunda das relações escravistas e senhoriais.

O recorte temporal está delimitado a partir de 1983, pois reporta-se aos primeiros grupos de lavadeiras que começaram a se estabelecer em Salvador, até 2002 quando o movimento das lavadeiras já não tinha mais tanto vigor. Na primeira seção, analisaremos o esboço do estatuto da ALARMES, a partir disso, discorreremos sobre os principais objetivos da associação e como estes, em alguma medida, foram colocados em prática. Na segunda seção, haverá a discussão sobre o lugar das lavadeiras na História/Historiografia, além disso, trataremos as formas e estratégias de organização da ALARMES e um debate sobre a relação entre patroas e lavadeiras. Na última seção do trabalho, destacamos a dimensão em rede do movimento, haja vista os diversos grupos de lavadeiras que foram se formando, mas que, ao mesmo tempo, integravam a ALARMES, no que se refere à participação nas assembleias e em algumas ferramentas de mobilização, como as passeatas e os abaixo-assinados.

1. LAVADEIRAS VÃO À LUTA: MULHERES CONSTRUINDO UM MOVIMENTO.

A ALARMES foi pensada para representar as lavadeiras da Bahia, com o objetivo de conquistar direitos trabalhistas na década de 1980. Apesar de ter conseguido expressividade quantitativa de suas integrantes e ter ganhado contornos bem definidos, a associação não obteve o seu registro oficializado de forma efetiva. Foram várias as tentativas, por parte daqueles que compunham a ALARMES, para que o seu registro fosse realizado, pois era uma forma de garantir, legalmente, os direitos das lavadeiras⁴. No esboço do seu Estatuto, construído por uma comissão composta por quatro lavadeiras e três agentes pastorais, entre os meses de maio e junho de 1999, a ALARMES propunha ser uma associação em sociedade civil, sem fins lucrativos. Além das lavadeiras, estavam as passadeiras e/ou diaristas que lavavam e passavam em suas casas ou na casa dos patrões.

Dentre os objetivos da ALARMES, que foram definidos para compor o Estatuto, destacam-se:

1. Esclarecer e conscientizar sobre os direitos e deveres das lavadeiras, passadeiras e diaristas, enquanto classe trabalhadora;
2. Lutar por melhores condições de vida e de trabalho: pagamento a partir dos valores estipulados na tabela, contribuição do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, férias remuneradas, 13º salário, tempo de serviço, jornada de trabalho de oito horas/dia, transporte;
3. Lutar pelos direitos sociais das trabalhadoras, comprometendo-se com a luta contra a discriminação da mulher, do negro e na defesa dos direitos humanos;
4. Lutar pelo reconhecimento da profissão de lavadeira;
5. Elaborar a tabela das lavadeiras, passadeiras e diaristas e lutar pelo reconhecimento, com valor mínimo de remuneração;
6. Articular-se a outros movimentos populares, como o movimento de mulheres, o movimento negro e sindicatos, principalmente o Sindicato dos Empregados Domésticos - Sindomésticos;
7. Firmar convênios com entidades públicas e privadas, visando o benefício da Associação;

⁴Segundo o Ministério do Trabalho, as lavadeiras se enquadram na categoria de empregado(a) doméstico(a), uma vez que exercem atividades de natureza contínua e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Disponível em < <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>> Acesso em 20 de janeiro de 2016.

8. Promover eventos culturais, de educação, de lazer e beneficentes.

É possível perceber que os objetivos da ALARMES foram bem definidos e todos os itens, em linhas gerais, corroboram em assistir e amparar as lavadeiras no que tange aos direitos trabalhistas. O primeiro objetivo está entre as principais e mais importantes funções da ALARMES, que é esclarecer e conscientizar as lavadeiras no que corresponde aos seus direitos e deveres. A princípio, os agentes do CEAS desenvolveram um trabalho junto às lavadeiras, com o intuito de alertá-las para o seu papel na sociedade, pois a partir do momento em que elas construíssem agenciamentos em torno de suas demandas, direitos poderiam ser conquistados.⁵

Descrever a história do Movimento das Lavadeiras em Salvador, na década de 1980, é apontar a sua relação com o CEAS. Esta entidade tem a sua sede em Salvador e objetiva assessorar movimentos sociais, em suas diversas instâncias, tendo como premissa o respeito à autonomia de seus integrantes.⁶ Os agentes, que assessoravam as lavadeiras, utilizavam como metodologia a presença em reuniões, assembleias e passeatas, contribuindo para o debate sobre questões referentes a direitos trabalhistas e colaborando no que corresponde às questões jurídicas e burocráticas.

No âmbito da década de 1980, houve uma aproximação entre a Igreja Católica e os movimentos sociais que possibilitou a valorização do papel da mulher na comunidade católica. Giuliani (2008, p.646) analisa essa relação:

[...] os temas de reflexão se apoiam na leitura de textos bíblicos evangélicos, interpretados pela doutrina da Teologia da Libertação na ótica da mulher, uma perspectiva que evidencia a contribuição ativa e positiva das mulheres e encontra no Brasil adeptos tanto entre religiosos como laicos.

As linhas de trabalho dos agentes do CEAS estavam pautadas na compreensão da realidade complexa das lavadeiras, na autoavaliação permanente dos agentes pastorais⁷ no movimento, na rica experiência de voluntariado, no acompanhamento das ações movidas pelas trabalhadoras contra as patroas na justiça do trabalho e no acompanhamento da luta pela legalização da profissão. A assessoria, realizada pelos agentes do CEAS, perdurou por toda

⁵O Centro de Estudos e Ação Social se constituiu de maneira formal e institucional a partir de uma Pastoral. O CEAS esteve junto às lavadeiras a partir de seus agentes, fazendo a assessoria do movimento.

⁶Grupos de bairros, reunião de representantes, coordenação.

⁷Os agentes pastorais são pessoas vinculadas à Igreja Católica que exercem atividades voluntárias de cunho social e de evangelização dentro de uma comunidade pastoral.

existência do Movimento; O objetivo era auxiliar na condução do mesmo nos grupos de bairros, em reuniões de representantes e na coordenação. Tal trabalho era realizado prioritariamente na capital, com a discussão de temas que faziam parte do cotidiano das lavadeiras, para possibilitar a aprendizagem destas, como também a construção de uma autonomia.

O Movimento das Lavadeiras em Salvador teve início em 1983, na região do subúrbio, mais especificamente, no bairro de Bariri. A partir desta localidade, o movimento começou a se expandir para outros bairros periféricos e para Região Metropolitana de Salvador. Segundo relato do jesuíta José Antônio Pecchia, que desenvolvia um trabalho na Pastoral Operária, a assessoria ao Movimento das Lavadeiras se iniciou de maneira despretensiosa por parte de tais religiosos. Pecchia acreditava que a mudança social só seria possível através de setores operários de ponta, a exemplo de trabalhadores de sindicatos das indústrias metalúrgica e petroquímica (PECCHIA, 1989, p.7). Como uma categoria pouco incidente dentro do desenvolvimento industrial poderia se organizar? Poderia o Movimento de Lavadeiras, composto de mulheres pobres, negras e iletradas, em sua maioria, contribuir para a viabilização de um processo de transformação social?

A partir das primeiras reuniões com as lavadeiras, foram listadas as diversas problemáticas existentes em seu cotidiano: “saúde ruim, má alimentação, o ganho pouco” (PECCHIA, 1989, p.7). A partir daí, um dos pontos de discussão passou a ser a definição do valor a ser cobrado por uma trouxa de roupas. Esta era uma das maiores dificuldades apontadas pelas lavadeiras: definir o valor do seu trabalho. Nesse sentido, identificar o material utilizado para a lavagem, o tempo dispensado e o valor da força de trabalho eram os elementos necessários para ter dimensão de quanto deveria ser cobrado. A partir disso, foi construída a tabela em que se estipulava o preço de cada peça de roupa lavada. Inicialmente, a tabela era a conquista mais almejada pelas lavadeiras, pois, até então, as patroas pagavam o que julgavam ser conveniente. Além disso, a tabela se tornou um meio de comunicação entre os diversos grupos de lavadeiras que começavam a se formar em Salvador.

O apoio da Pastoral Operária vinha de agentes pastorais vinculados à Igreja Católica (padres, jesuítas, freiras, leigos) e resultou, inicialmente, em discussões e reflexões, junto às lavadeiras, sobre condições e direitos trabalhistas a serem adquiridos, como as férias e o 13º salário, por exemplo. Além disso, segundo o relato da lavadeira Dona Angélica Souza (2014),

os agentes pastorais datilografavam e tiravam fotocópia de textos e divulgavam a problemática vivenciada pelas lavadeiras junto à população.⁸

Um parêntese se faz necessário para que possamos entender, com propriedade, o apoio dado por integrantes da Igreja Católica (agentes pastorais e padres) às lavadeiras. A Igreja Católica passou por mudanças que influenciaram na forma de conduzir a instituição, uma dessas mudanças foi o incentivo às missões, intensificado no II Concílio Vaticano, pelo Papa João XXIII, influenciado pela encíclica das missões, como também pelo novo pensamento que permeava uma ala da Igreja Católica. Como mencionado, o trabalho das missões, bem como essa nova postura por parte de alguns integrantes da Igreja estavam ligados ao II Concílio Vaticano, que aconteceu entre 1962 e 1965, durante um processo de reforma eclesial da Igreja e tinha como eixos teológicos o entendimento da Igreja enquanto povo de Deus. Além do II Concílio Vaticano, a II Conferência Episcopal, em Medellín, na Colômbia, realizada em 1968, trazia pontos que corroboravam com a questão da importância do trabalho missionário, bem como apontavam para a ligação entre a Igreja Católica e a comunidade, na qual seus membros deveriam estar inseridos. Dentre as novas premissas definidas, destacavam-se: a pessoa humana; a evangelização ao invés da sacramentalização; a Igreja como povo de Deus; a opção pelos pobres; os jovens; as comunidades eclesiais de base; e, por fim, a responsabilidade com os leigos. (RICHARD, 2006)

A Terceira Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, aconteceu em 1979 e reforçou o novo direcionamento que uma parte da Igreja Católica estava seguindo. Ao que parece, parte desta instituição religiosa se posicionou com “[...] uma clara e profética opção pelos pobres [...]” (RICHARD, 2006, pág 27). O compromisso com os pobres e os oprimidos e o surgimento das Comunidades eclesiais de base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres. (RICHARD, 2006, p.27)

O envolvimento do catolicismo com as questões sociais e com direitos humanos “abria para instituição eclesiástica novos horizontes em sua práxis” (DELGADO & PASSOS, 2007, p.96). Imbuídos por esse espírito e levando em consideração estes eventos no que se refere ao contexto católico, nasceu a Teologia da Libertação, mais precisamente no ano de 1962, período vinculado ao II Concílio Vaticano (RICHARD, 2006, p. 25) Havia uma preocupação com as injustiças sociais na América Latina e um posicionamento de uma parte da Igreja

⁸Relato de Maria Angélica, (lavadeira) 16 de maio de 2014, entrevista realizada na sede da Pastoral das Lavadeiras em Salvador- Bahia.

Católica contrária à Ditadura Militar, que se instalara no Brasil desde 1964⁹. Assim, esses grupos religiosos contribuíram para a atuação da mulher e para o fortalecimento dos laços afetivos em sua condição de mãe, esposa, integrando o mundo doméstico com a comunidade católica.

As lavadeiras de Salvador contaram com o apoio do, então, Cardeal Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, que assim se colocou no Jornal *A Tarde*:

Vocês estão abençoadas por Deus, quando se reúnem para discutir, com amor e esperança, os problemas relacionados com o bem estar próprio e de suas famílias. [...] Naquilo que for de justiça estamos com vocês (VILELA, 1986)¹⁰.

A publicação no jornal se refere à luta que as lavadeiras enfrentavam, a fim de conquistar uma tabela de preços mínimos por seus serviços e assegurar os benefícios do INPS – Instituto Nacional de previdência Social¹¹. A matéria informa que “considerando as reivindicações das lavadeiras absolutamente justas, Dom Avelar afirmou que era preciso definir os meios de se atingir os objetivos, inclusive com o chamamento das ‘patroas’ à reflexão” (A TARDE, 1986).

Com isso, o apoio de uma autoridade, como o Cardeal Primaz do Brasil, significava uma expressiva força dada às lavadeiras, o que reforçava a luta e a causa dessas trabalhadoras, contribuindo para que ganhassem proporções na mídia, favorecendo a visibilidade do movimento.

O segundo item listado no esboço do estatuto produzido pela ALARMES preconiza lutar por melhores condições de trabalho de forma prática, o que pode ser entendido como buscar a garantia de melhores salários, 13º salário, aposentadoria, uma carga horária de trabalho definida, respeitando os direitos das lavadeiras. Foram diversos os agenciamentos que buscaram viabilizar esses direitos.

A partir da Constituição de 1988, as trabalhadoras domésticas conquistaram alguns direitos trabalhistas mínimos, mas ficaram excluídas do FGTS - Fundo de Garantia por tempo de serviço, PIS – Programa de Integração Social, seguro-desemprego, horas-extras e salário família.¹² No caso das lavadeiras, a situação se tornava mais complexa, na medida em que, o

⁹É importante destacar que alguns integrantes da Igreja apoiaram a instalação do Regime Militar no Brasil. Um exemplo disso foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que contou com a presença de pessoas da sociedade civil. Cf: PRESOT, Aline. **As marchas da família com Deus pela Liberdade e o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Mestrado em História.

¹⁰Trata-se de um recorte de jornal que foi encontrado no arquivo do CEAS, em que não estão presente a data nem o número da página do periódico.

¹¹INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) hoje INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

¹²Estas prerrogativas trabalhistas foram sancionadas pela presidente Dilma Rousseff, através a PEC das domésticas em 2015

texto da referida não definia de maneira evidente o conceito de trabalhador doméstico, dando margem à interpretações judiciais dúbias.

No que corresponde a uma cidadania e às leis no mundo trabalhista, a Constituição de 1988 definiu vários direitos relativos às condições de trabalho, entre eles a regulamentação de 44 horas semanais, proibição do trabalho para menores de 14 anos, 13º salário para aposentados, isonomia salarial para os estados da federação, remuneração não inferior ao salário mínimo, validade de todos direitos trabalhistas para agricultores, proibição de demissões arbitrárias, definição de “penosidade” nas condições insalubres de trabalho, introdução da licença paternidade e a fixação dos limites de aposentadoria para homens e mulheres (GIULIANI, 2008).

No entanto, diversas pautas e demandas ficaram de fora da Constituição, como foi o caso do segmento de trabalhadoras, a exemplo das lavadeiras, que se apresentaram como uma categoria bastante combativa ao construir uma articulação e mobilização a nível nacional, sendo, entretanto, excluídas no que diz respeito à legalização de seus direitos.

O avanço das discussões e a politização do cotidiano doméstico, bem como o fim do isolamento das mulheres no seio da família, representaram a abertura para que se considerasse importante a reflexão coletiva e a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais, consistindo em ações determinantes para renovação da própria cultura associativa e sindical. Portanto, a Nova República nascia em clima de entusiasmo por parte de diversos setores. José Murilo de Carvalho (2014) alerta para uma ingenuidade desse entusiasmo, pois se pensava que o direito de eleger prefeitos, governadores e o presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento e de justiça. É importante ressaltar que, se por um lado, havia uma efervescência no que se refere a uma democracia política, por outro, existiam também os problemas sociais correspondentes às desigualdades sociais, como altas taxas de desemprego, problemas na educação, nos serviços de saúde, no saneamento e no agravamento da situação dos direitos civis. As melhorias para os direitos sociais era um grande problema a ser vencido. Nesse sentido, o grande desafio era, de fato, contemplar todos os brasileiros de maneira equânime. Havia um discurso entre os parlamentares de que a Constituição de 1988 tinha como objetivo ser a letra e a voz do cidadão. Mas será que isso realmente aconteceu de forma efetiva? Quem ficou à margem de todo o processo?

Para José Murilo de Carvalho (2014), as desigualdades sociais continuaram gritantes no Brasil mesmo depois da promulgação da Constituição de 1988, em que os cidadãos de terceira classe representavam a maioria da população marginal das grandes cidades, a

exemplo de trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados e mendigos.

Um ano após a promulgação da Constituição, na tarde do dia 28 de setembro de 1989, no centro da cidade de Salvador, dezenas de lavadeiras da Associação das Lavadeiras da Região Metropolitana de Salvador (ALARMES), realizaram uma passeata de protesto contra o “pagamento miserável” que recebiam.¹³ Portando cartazes que divulgavam a tabela de preços que entraria em vigor em outubro daquele ano, como também cartazes com slogans de efeito e carregando instrumentos de trabalho na cabeça, a exemplo do ferro de passar roupas, as lavadeiras reivindicavam férias, previdência social, salário mínimo e 13º salário. Além dessas demandas para a categoria, reclamavam o fornecimento de sabão e dinheiro para o transporte. Estas queixas eram direcionadas às patroas, às autoridades, bem como à sociedade em geral. As lavadeiras questionavam aos constituintes a sua exclusão no documento, pois apesar de reconhecerem os direitos das domésticas, foram retiradas da pauta de discussões.

A partir da análise desse episódio, podemos perceber, de forma clara, que muito mais que os direitos adquiridos, conquistados pela Lei Maior, havia também muitas lacunas na Constituição. Ao se sentirem preteridas, as lavadeiras construíram pautas específicas para a sua categoria, em torno de uma associação. Neste sentido, a manifestação, que aconteceu em 1989, compunha uma dentre as diversas formas de mobilização e luta do Movimento das Lavadeiras.

Ser lavadeira, na cidade de Salvador, daquele período, não era algo para orgulhar-se. Em depoimentos, as lavadeiras diziam: “Na rua o pessoal me chama ‘a mulher da trouxa’ e deixa de falar comigo. Vira a cara porque sou lavadeira. E, as vizinhas *esculhambam* porque fico lavando a roupa das brancas e as brancas não dão valor pra gente”¹⁴ (CEAS, 1989, 16). Segundo o jesuíta Geraldo Luiz de Mori apud CEAS, 1989, p.16¹⁵ muitas lavadeiras negavam a sua profissão devido a um intenso desprestígio deste ofício. Em meio a tudo isso, é válido ressaltar que as lavadeiras desafiaram sua condição social e abriram caminho para novas possibilidades de existência. Assim como em outros grandes centros urbanos do Brasil, a cidade de Salvador, na década de 1980, contava com uma população que continha um grande exército de trabalhadores informais, a exemplo de biscateiros, empregadas domésticas, lavadeiras e faxineiras, que exerciam suas atividades, sem direitos trabalhistas que os

¹³Cf. *A Tarde*, 28 de setembro de 1989.

¹⁴Relato de uma lavadeira no Caderno Ceas: *Lavadeiras, mulheres construindo um movimento*, 1989.

¹⁵Relato do jesuíta Geraldo Luiz de Mori, no Caderno Ceas: *Lavadeiras, mulheres construindo um movimento*, 1989.

salvaguardassem. O serviço doméstico era, intensamente, marcado pela informalidade, com poucos rendimentos e más condições de trabalho associadas à uma longa e estafante jornada.

As lavadeiras também pediram a José Sarney, então Presidente da República, por meio de ofício¹⁶ que diminuísse o custeio da contribuição do INPS, pois muitas vezes o rendimento mensal dessas trabalhadoras não alcançava o valor do salário mínimo. Em resposta a ALARMES¹⁷, o Ministério da Previdência e Assistência Social afirmou recebimento do abaixo-assinado de 14 de junho de 1987 e, ao mesmo tempo, sinalizou que o assunto referente ao valor das contribuições previdenciárias para o (a) trabalhador (a) autônomo (a) vinha sendo objeto de análise pelo Ministério¹⁸.

1.1 MULHERES NEGRAS, SUBJETIVIDADE E A ALARMES

Outro aspecto listado no esboço do Estatuto das ALARMES se compromete em lutar contra a discriminação da mulher, dos negros e dos direitos humanos. Este item também é de suma importância, tendo em vista que as pessoas que compunham a ALARMES eram mulheres e, em sua grande maioria, negras. Nesse sentido, o Movimento das Lavadeiras atuava como um elemento de caráter educativo e que trabalhava também pelo fortalecimento da autoestima das suas componentes. A presença no movimento permitiu modificações que foram expressas na maneira como as lavadeiras encaravam a vida e a profissão e isso ficava cada vez mais evidente, através da percepção das transformações em seus discursos. Gohn (2011, p. 336) destaca como os movimentos sociais “[...] projetam sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.”

Para o jesuíta Geraldo de Mori (1989), que fazia assessoria junto à ALARMES, a década de 1980 foi muito profícua para o movimento popular em Salvador, principalmente para as organizações que reivindicavam melhores condições de moradia. Segundo ele, haviam manifestações de movimentos populares com cerca de cinco mil pessoas.¹⁹

¹⁶Ofício emitido em 10 de agosto de 1987.

¹⁸Apesar do ofício de lavadeira não ter sido reconhecido legalmente, muitas lavadeiras conseguiram se aposentar como autônomas.

¹⁹Esse quantitativo de pessoas foi declinando nas décadas de 1990 e nos anos seguintes. Cf. Carta do jesuíta Geraldo Luiz de Mori para outros Movimentos Sociais de Salvador de 09/06/1994.

Pensando em uma dimensão educativa dos movimentos, é importante refletir acerca dos sentidos do trabalho e como a percepção sobre o seu ofício foi modificada. Entender tal questão é compreender como o trabalho é vivido e notado pelos que o executam e quais signos identificam os trabalhadores. Assim, é válido questionar: o que faz essas mulheres se identificarem como lavadeiras? Afinal, o que significa ser lavadeira? Qual a importância dessa profissão?

As respostas às questões acima podem variar dependendo, sobretudo, do momento em que se pergunta, principalmente se forem considerados os períodos anteriores e posteriores à experiência do movimento. É importante ressaltar que a conquista de alguns direitos, questionados pelas lavadeiras, proporcionou-lhes um sentimento de dignidade e satisfação. Por conta disso é que perguntamos a elas: Qual é o sentido de ser lavadeira? Houve alguma mudança para vocês, mulheres, que participaram do movimento?

Dona Maria de Lourdes Passos, lavadeira profissional por mais de 25 anos, afirmou, com bastante propriedade, que antes da formação do movimento vivia sem perspectiva de que as coisas pudessem melhorar e revelou que “não tinha nada”:

Só era mesmo lavar roupa. Não podia falar nada, nós éramos muito oprimida, não tinha direito a nada [...] eu tinha desgosto[...] Acordei para a realidade e que antes do movimento não tinha isso, a gente achava que nunca ia crescer, diziam que lavadeira nasceu para marchar. [...] Tinha vontade de ser gente, a vida de lavadeira era muito massacrada, muito maltratada, não tinha outro jeito, não podia uma coisa melhor, era só aquela coisa mesmo (PASSOS, 2014).²⁰

Neste relato, D. Maria de Lourdes Passos desabafa sobre seu difícil cotidiano de lavadeira e sobre sua sensação de insatisfação com seu trabalho. Afirmou, como pôde-se perceber, que tinha desgosto do seu ofício, fadada àquela dura realidade de maltrato e quase nenhum reconhecimento. Ao que parece, naquele contexto, D. Maria passa a impressão de que tinha que enfrentar, com resignação, a sua condição.

Ao buscar, na memória, experiências do seu cotidiano de lavadeira, antes da formação do movimento, D. Maria Passos diz não querer nem lembrar do sofrimento vivido, pois se “sentia humilhada [...] nunca sentei no sofá, tô agora sentada, parecendo até gente. Me vem água nos olhos. A vida era ruim, era triste” (PASSOS, 2014)

Ao rememorar seu passado, a lavadeira se emociona ao relatar como era difícil a sua vida, como foi humilhada por diversas vezes e como queria ter a “sensação de ser gente”. Os estigmas vivenciados por D. Maria Passos, mulher, lavadeira, pobre, negra e moradora da

²⁰Citação proveniente de entrevista feita a D. Maria de Lourdes de Passos, realizada em 13 de outubro de 2014, assim como as que seguem com a referência (PASSOS, 2014).

periferia, foram partilhados por outras colegas de trabalho, que, assim como ela, experimentaram as dificuldades das condições de trabalho e de vida que lhes foram impostas. Partilharam adjetivos que as colocam numa categoria marginal, construída social e culturalmente como inferior, agindo em suas subjetividades e em uma identidade anulada ou fundamentada no que é ruim. Sendo assim, é possível compreender o sentido do discurso de D. Maria, quando, através deste, afirma sentir desgosto de ser lavadeira. Nesse aspecto, percebe-se uma subjetividade construída a partir dessas representações, ou seja, uma subjetividade “essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (GUATARRI, 1986, p.25) por uma sociedade que atribuiu estes sentidos ao ofício de lavadeira.

Assim, ao ser questionada sobre as mudanças em sua vida depois que começou a atuar no movimento, D. Maria afirmou:

A gente passou a ser mais respeitada e valorizada [...]. Com o tempo é que as coisas foram mudando, pois hoje a gente tem direito a esse benefício [...] E hoje eu posso chegar em qualquer repartição e dizer: a minha profissão é lavadeira e eu sou lavadeira e todos os meus documentos estão como lavadeira, e antes não podia. Meus filhos todos são legitimados com a minha profissão de lavadeira (PASSOS, 2014).

Vê-se que o tom do relato já é outro, bem diferente do de outrora que se expressava triste e sofrido. No segundo momento, D. Maria se referiu à sua condição de lavadeira com orgulho, pois diz ter conseguido se aposentar graças à sua atuação no movimento e reconhece que criou os seus filhos a partir da sua profissão. Antes sentia-se humilhada, o que foi superado pela sensação de prazer ao afirmar que é lavadeira:

Tenho muita saudade do tempo em que eu lavava roupa, eu tenho saudade, eu tenho... Tudo que construí agradeço a Deus e minha trouxa de roupa. Movimento, passeata, aqui em Alagoinhas, em Salvador, eu era destaque para sair assim, já fui convidada para participar. Hoje represento o bairro, sou uma das lavadeiras mais velhas, fui um das fundadoras da creche. (PASSOS, 2014)

Nesta fala, D. Maria recorda com saudade a época em que era lavadeira, pois foi o momento em que já estava envolvida com o movimento, participando de passeatas e caminhadas. Além disso, afirma que era destaque quando ocorriam esses eventos, de modo que o sentimento de orgulho, pela causa que defende, é evidente. Esta mudança no discurso deixa claro que ela não só conseguia direitos para si, enquanto trabalhadora/ lavadeira, como passou a se perceber diferente: “como gente”.

A partir de seus relatos e das possíveis transformações, D. Maria, foi tecendo a sua história, revelando seus sonhos, suas expectativas, as experiências vividas junto à mobilização da Associação das Lavadeiras. Nesse processo discursivo, é possível afirmar que D. Maria Passos estaria produzindo uma escrita de si. Para Ângela de Castro Gomes (2004, p.13), essa

produção do “eu” está implicada com a relação que o sujeito lida com as suas experiências, sem necessariamente buscar a verdade do que “realmente” aconteceu, sendo o autor, o “inventor” do próprio texto. Nesse sentido, a sua subjetividade é um produto da narrativa que elabora. Por sua vez, essa mudança no discurso e em sua prática, a partir do envolvimento com o movimento, pode ser entendida como uma revolução molecular, pois “o que caracteriza os novos movimentos sociais não é somente uma resistência contra esse processo geral [...] mas a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização objetiva” (GUATTARI, 1986, p.25). Desse modo, podemos entender que essa transformação discursiva está atrelada a uma mudança subjetiva, que foi transformada para outra perspectiva, a partir da ação e dos ganhos concretos no movimento, haja vista que estes “criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados” (GOHN, 2011, p.336).

Uma das passeatas realizadas pelas lavadeiras em setembro de 1989 foi noticiada no *Jornal A Tarde*: “Lavadeiras pedem aumento e avisam que não são trouxas”. Este título faz alusão a vários cartazes que as lavadeiras carregavam durante a passeata: “Lavamos roupa, mas não somos trouxas”. O jogo com as palavras sugere a desconstrução de uma imagem da mulher “politicamente alienada”. Outros *slogans* também seguiam a mesma linha de desconstrução de estereótipos direcionados às lavadeiras. O movimento, mais uma vez, mostrou o seu caráter transformador, pois afirmava a legitimidade da causa pela qual se precisava lutar: “Elas avisam que não são trouxas”, ou seja, não seriam enganadas e, dessa forma, exigiam todos os respaldos legais para a sua profissão e para a sua valorização enquanto mulheres trabalhadoras.

A subjetividade construída, a partir das experiências das lavadeiras, não ocorreu apenas pelo fato de participarem do Movimento, mas as transformações aconteceram, sobretudo, pelas mudanças reais que elas passaram a vivenciar. As mudanças subjetivas se configuraram como uma (re) escrita de si, em uma reinvenção partilhada com a imagem de uma lavadeira que deixou de ser aquele sujeito, sem voz e sem as prerrogativas trabalhistas. Dessa forma, o desafio enfrentado pelas lavadeiras é viver em uma sociedade que lhe tira o direito de cidadã. Ao que parece, o papel do movimento social é determinante, uma vez que possibilita esta (re) invenção e a construção de novas relações sociais.

É importante destacar que, ao passo que estava sendo construída uma “nova lavadeira”, tinha que existir também a construção dos personagens com os quais as lavadeiras se relacionavam. Nessa perspectiva, uma “nova patroa” tinha que ser tecida, afinal, estas identidades eram construídas, sobretudo, a partir das relações entre elas. A postura assumida pelas trabalhadoras mexeu com as relações de dominação e dependência entre patroas e

lavadeiras. Tais transformações também podem ter acontecido com outros personagens que conviviam com essas mulheres, a exemplo das outras lavadeiras. Aquelas mudanças possibilitaram a construção de relações de solidariedade, uma vez que as trabalhadoras se reuniam com um objetivo em comum, possibilitando uma aprendizagem mútua, a partir de trocas de experiências e da partilha de responsabilidades. As relações das lavadeiras com os agentes pastorais também promoveram mudanças, pois essas mulheres começaram a se sentir valorizadas, passaram a ser ouvidas e a tomar decisões no Movimento. As lavadeiras que tinham marido receberam o reconhecimento a partir do compartilhamento da responsabilidade de sustentar a família, fato que lhes trazia disposição para ir às reuniões. Novas relações também poderiam ser tecidas com os seus filhos, pois elas reforçavam a valorização da luta pela vida da sua prole. Em relação à sociedade, a “nova lavadeira” percebeu que na união da categoria é que estava a força de resistência e a conquista de seus direitos. O caráter pedagógico do movimento e as próprias ações que elas estavam desenvolvendo permitiram a tessitura dessa “nova lavadeira”.

Segundo Pe. Freddy Goven (2011)²¹, quando as lavadeiras se dirigiam com as trouxas de roupa na cabeça à casa das freguesas, ao serem questionadas sobre quem batia à porta, era comum responderem: “Não é ninguém, é a lavadeira”. Na fala do Pe. Goven percebe-se a ausência de identidade de um sujeito que possa ser intitulado como “alguém”. Desse modo, a formação da Associação das Lavadeiras foi significativa para a construção de uma identidade pautada na união e (re) significação do que é ser lavadeira.

Aquelas mulheres carregavam consigo o estigma de serem pobres, negras e analfabetas. A iniciação precoce no trabalho fez com que colocassem os estudos de lado, como foi o caso de D. Maria Passos, aqui já citada, 67 anos, analfabeta, que afirmou ter começado a trabalhar a partir dos cinco anos de idade para ajudar a mãe e os irmãos menores. Assim, desde cedo, outras mulheres também começaram a aprender o que seria carregar esses estigmas. Entretanto, o sentimento de pertencimento de grupo, inclusive, com as marcas religiosas dos que colaboraram na formação desse sentimento, imprimiu outra configuração àquela realidade difícil de lavadeira. Isso não significa que os obstáculos desapareceram, mas que estes foram, em alguma medida, minimizados; Encontrados de outra forma, a partir do momento em que as experiências foram compartilhadas, favorecendo uma luta coletiva com a ajuda de parceiros, como os já mencionados integrantes da Igreja Católica, construindo, assim, um pertencimento de grupo.

²¹Freddy Goven, (Padre) em 11 de novembro de 2011, entrevista realizada no Centro Diocesano de Alagoinhas – Bahia.

Essas mudanças não devem ser apontadas de maneira simplista, pois havia uma rede de relações que perpassavam sobre esse processo, no entanto, podemos perceber que a conjuntura estava sendo alterada, a partir das movimentações que a associação estava proporcionando.

Dentre os itens listados no esboço do Estatuto da ALARMES destacamos a luta pelo reconhecimento da profissão da lavadeira, pois é sintomático no que corresponde ao projeto de lei defendido pelo, então, deputado federal do Partido dos Trabalhadores, Jacques Wagner, em seu mandato na década de 1990.



Imagem 1: Recorte de jornal "Roupa lavada na rua"²²

Umas das ferramentas para pressionar as autoridades foram as passeatas que aconteciam tanto na capital como no interior. Na reportagem acima destaca-se a que aconteceu no centro de Salvador, noticiada em um jornal de circulação na cidade àquela época. A busca pela regulamentação da profissão também foi um objetivo a ser conquistado pela organização. Com tal finalidade, foi realizado um abaixo-assinado para que o anteprojeto de lei de reconhecimento da profissão das lavadeiras, como também das passadeiras, faxineiras e arrumadeiras fosse aprovado. O anteprojeto visava regulamentar o trabalho

²²O recorte de jornal referente à imagem 1 foi localizado no arquivo do CEAS. Infelizmente, não foi possível identificar o jornal, tampouco a edição, todavia a notícia foi, aqui, apresentada por representar um momento determinante para o Movimento das Lavadeiras e ilustrar um dos episódios mais representativos da luta por direitos referentes àquelas mulheres trabalhadoras.

profissional, reconhecendo os direitos trabalhistas dessas categorias: tabela de preços dos serviços prestados, férias, décimo terceiro, indenização por tempo de serviço, licença maternidade, integração à Previdência Social e aposentadoria aos 55 anos.

É importante destacar a importância da mobilização do Movimento de Lavadeiras para regulamentar a profissão e para a valorização dessa classe trabalhadora. No entanto, vale ressaltar que um dos maiores desafios para o movimento foi a desorganização presente, uma vez que era muito difícil a articulação entre as trabalhadoras de diversos locais. Mesmo tendo trajetórias em comum, não era tarefa tão simples mobilizar um quantitativo considerável de mulheres, levando em consideração, as relações isoladas de cada lavadeira com suas respectivas patroas. Nesse sentido, a formação de uma associação de lavadeiras caracterizava-se como um grande desafio, pois significava transformar lutas e angústias solitárias em torno de um objetivo comum para centenas de mulheres de Salvador e de algumas cidades do interior. A interlocução entre essas lavadeiras possibilitou assembleias gerais em Salvador, com quantidades expressivas de mulheres (de 400 a 500 lavadeiras). Um dos assuntos discutidos nas assembleias era os valores a serem cobrados na tabela de roupas. Este item também constava no esboço do Estatuto, que propunha elaborar a tabela com valor de cada peça de roupa lavada. As lavadeiras, passadeiras e diaristas lutaram pelo reconhecimento do valor mínimo de remuneração, esta era uma das questões mais caras às lavadeiras: a tabela, que se configurava como a possibilidade de ganhos materiais reais, a partir do momento em que se estipulava o valor de cada peça de roupa.



Imagem 2: Recorte de jornal “Lavadeiras têm tabela de preços”

Neste exemplar do jornal *A Tarde*, de 23 de março de 1987, visualiza-se a imagem de uma assembleia geral realizada pelas lavadeiras. Na nota do periódico, a estimativa é de que estiveram presentes cerca de quinhentas lavadeiras da capital e do interior. Esta publicação destaca a atualização dos valores da tabela. As assembleias gerais eram realizadas no tradicional Colégio Católico de Nossa Senhora das Mercês, localizado na Avenida Sete de Setembro, em Salvador. A interlocução com a mídia, a exemplo de rádios e jornais era realizada através dos agentes pastorais. A transmissão de informações das lavadeiras, através de jornais de grande circulação no estado da Bahia, como era o caso do Jornal *A Tarde*, ganhava uma repercussão também entre as lavadeiras do interior do Estado. Consequentemente, era uma forma de legitimar a tabela e de fomentar a luta da associação de forma mais ampla, garantindo uma maior visibilidade: “Olhe, na sociedade nós não existimos, ninguém sabe da nossa existência, então precisa fazer passeata, uma assembleia, divulgar a notícia nos jornais, porque nós estamos na clandestinidade” (CEAS, 1989, p. 15). Neste discurso, está visível a percepção das lavadeiras sobre sua condição de informalidade e clandestinidade. Dessa forma, as ações que promoviam esta representatividade na sociedade eram tentativas de minimizar a condição excludente.

Para Thompson (1987) a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e/ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus. A partir disso, entendemos que a formação da Associação de Lavadeiras se constituiu no seu próprio fazer-se. Dessa forma, com o compartilhamento de experiências em comum, o movimento foi se estabelecendo e ganhando conotações coletivas.²³

O Jornal *A Tarde*, 23 de março de 1987, publicou a seguinte notícia, intitulada “Lavadeiras elaboram tabela única de preços”:

Lavadeiras de Salvador e do interior [...] reuniram-se ontem em assembleia no Colégio das Mercês, com dois objetivos: elaboração de uma tabela única de preços [...] Mas as 432 lavadeiras presentes não se limitaram a discutir os problemas da categoria. Um programa foi preparado para permitir um pouco de entretenimento, como cantoria, apresentação de grupos folclóricos e teatro. Algumas lavadeiras subiram ao palco do auditório do colégio para dar seus depoimentos sobre as condições de vida e de trabalho. (AUTOR DESCONHECIDO, 1987, p.4)

A tentativa de dar visibilidade ao movimento, através dos meios de comunicação, foi determinante para o fortalecimento da luta das trabalhadoras. A busca pela implementação de uma tabela única favoreceu a união entre as lavadeiras de Salvador e do interior, fortalecendo

²³Isto é algo bastante significativo, tendo em vista que as lavadeiras se caracterizam pela individualidade de seu ofício e de suas atividades.

a dimensão em rede do movimento, haja vista as contínuas trocas de experiências entre as mesmas. Esse intercâmbio se revelou necessário para o interesse em comum das lavadeiras, como é demonstrado na articulação entre as cidades de Alagoinhas e Pojuca que, no esforço conjunto, elaboraram a tabela abaixo:

TABELA DAS LAVADEIRAS / ALAGOINHAS - POJUCA - BARRA					
Trouxa peças	Preço mensal	Preço semanal	Peças pesadas	Preço p/peça	
01-10	3.200,00	800,00	Colcha chenil	1.000,00	
11-20	4.800,00	1.200,00	Colcha veludo	1.500,00	
21-30	6.400,00	1.600,00	Colcha fustão	1.000,00	
31-40	8.000,00	2.000,00	Colcha bordada	2.000,00	
41-50	9.600,00	2.400,00	Colcha crochê	1.000,00	
51-60	11.200,00	2.800,00	Cortina fina	1.000,00	
61-70	12.800,00	3.200,00	Cortina grossa	1.500,00	
			Cobertor de lã	2.000,00	
DIÁRIA 3.000,00 Cr\$			Calça grossa	1.000,00	
			Jaqueta grossa	1.000,00	
Rede	2.000,00	Tapeto	6.000,00	Farda suja de óleo	1.000,00

Imagem 3: Tabela das lavadeiras de Alagoinhas e Pojuca

Essa tabela foi produzida em 1991 e a articulação entre as cidades talvez se explique por conta da proximidade entre elas, que é de aproximadamente 40 km. As lavadeiras que organizaram a tabela propunham também que, independente do valor contratado das peças de roupas, deveria haver uma contribuição à parte para o INPS, pois, “estas parcelas são proporcionais ao número de patroas” (SOUZA, 2012)²⁴. Dessa forma, uma lavadeira que tinha dez empregadoras, cada uma tinha que pagar “uma porcentagem que, ao total, somasse a contribuição do INPS” (SOUZA, 2012).

No entanto, mesmo com a definição e publicação da tabela, ainda havia algum receio, por parte das lavadeiras, em mostrá-la às patroas, pois temiam que alguma indisposição pudesse por fim a certos “agrados”, conforme relato de Maria São Pedro:

²⁴Fala de Maria Angélica Souza (lavadeira), em 16 de maio de 2012. Entrevista realizada na sede da Pastoral das Lavadeiras em Salvador (BA), assim como o relato seguinte.

Eu lavo para uma [mesma patroa] há 25 anos: nunca levei a tabela a ela, porque tenho acanhamento, pelos agrados que ela me dá, mas dei uma tabela a nora dela e ela viu e me perguntou porque não dava a tabela a ela. Disse para ela que me acanhei e ela disse que devia seguir tudo igual e agora me paga pela tabela (PEDRO 1989, p.23).²⁵

O relato acima foi encontrado em um dos boletins da ALARMES e permite perceber o caráter pedagógico do boletim, que traz uma ilustração que possibilita a orientação para as lavadeiras. A associação das lavadeiras não estava direcionada apenas para as suas integrantes, mas também para as patroas, contribuindo para a construção de novas relações entre ambas. Dessa forma, os boletins tinham várias funções, além do caráter educativo, pois ao orientar as lavadeiras nas suas relações cotidianas e apresentar os seus relatos de experiências, elas também expunham ali as suas dificuldades. Os boletins também traziam a convocatória para as assembleias gerais, solicitações do movimento, como também notas de aniversariantes, notas de falecimento, notícias de formatura de filhas das lavadeiras e convocação de mutirão para abertura de rua.

Para elaboração da tabela, era levado em consideração o material usado na lavagem, como água, luz, prendedores, cordas, anil, patchouli e ferro de passar. Além disso, era necessário contabilizar, também, o tempo gasto para lavar uma trouxa de roupa. Baseando-se na diária do salário mínimo, calculava-se os valores a serem afixados na tabela. A primeira tabela tinha dois preços diferentes, um para trouxa de solteiro, outro para trouxa de família. Em seguida, era calculado o preço da trouxa por quantidade de peças. Por conta da inflação, a tabela foi por diversas vezes refeita:

Só duas vezes a tabela foi elaborada pelas representantes sem que, primeiro, os grupos discutissem. Isso aconteceu para evitar que se repetisse o que havia acontecido na época do plano Cruzado I, em que 1986: a nossa tabela saiu um mês depois de decretado o plano e as patroas não aceitaram. Diziam: “agora que está tudo congelado, vocês querem aumento?” Ora, quando o plano Bresser foi anunciado, dois dias depois ia ter uma reunião, de representantes. Os grupos ainda não tinham discutido a sua tabela mas, nessa reunião, nós resolvemos preparar uma nova tabela atualizando um pouco os preços antes que começasse o congelamento. Isso aconteceu duas vezes, no início e no fim do plano Bresser, em junho e em setembro de 1987. Depois, os grupos voltaram a discutir a tabela antes das reuniões de representantes.²⁶

Um dos critérios para calcular a tabela era o aumento da inflação, além disso, eram levados em consideração, os preços cobrados pelas lavanderias particulares. O modo que as lavadeiras lutavam pela tabela era bem diferente da campanha salarial dos sindicatos de outras

²⁵Relato Maria São Pedro contida em Boletim da ALARMES, em setembro de 1989.

²⁶Cf. Boletim da ALARMES 1989 p.30.

categorias. Nas campanhas salariais, o sindicato apresentava um preço e exigia, pressionando o patrão. Já com as lavadeiras era diferente: “é dar um toque na patroa, quem sabe o coração dela se abre” (CEAS, 1989, p. 30). As lavadeiras não pressionavam diretamente. Uma falou: “para que eu pedir aumento? Ela não tem consciência que tudo está aumentando? Só depende dela querer, porque consciência ela tem” (CEAS, 1989, p.30). Então, o fato de não pedir aumento diretamente não significava uma adesão à patroa e aos seus critérios de pagamento, pois havia uma parte de lavadeiras que exigia o cumprimento da tabela. Esse posicionamento cortou a velha relação de dependência com a patroa e a tabela se tornou uma identidade da lavadeira, tendo em vista que não considerar a tabela era uma forma de desconsiderá-la.

A década de 1980 foi marcada por uma grave crise econômica, com elevado aumento de preços, acarretando grande dificuldade para quem recebia poucos rendimentos adquirir produtos de primeira necessidade. Na tentativa de minimizar este problema, foram implementados diversos planos econômicos, dentre eles o Plano Cruzado II, em 1987, descongelando os preços dos alimentos:

O leite vai aumentar de 75 a 85%, o pão de 40 a 60%, o açúcar já aumentou em dezembro e outros produtos vão aumentar ainda. Portanto é bom observar quanto antes em cada grupo sobre os novos preços da tabela; basta pagar a atual tabela nº III, onde estão especificando o número de peças e o novo preço para cada tamanho de trouxa de roupa. No dia 13/02/87 haverá uma reunião na Praça da Sé, de representantes de todos os grupos, inclusive da Suburbana para combinar a nova tabela (CEAS, 1989, p.24).

Neste relato de um dos agentes do CEAS, que fazia assessoria ao Movimento das Lavadeiras, é evidente a preocupação em reajustar o valor dos preços da tabela e das trouxas de roupa, tendo em vista o aumento real da inflação.

Com caráter pedagógico, o panfleto abaixo apresenta, de maneira bastante didática, informações sobre o valor do novo salário mínimo, decretado pelo presidente José Sarney, em 1985. A partir dessa informação, a recomendação era que as lavadeiras deveriam contabilizar o valor da diária de acordo com o novo salário estipulado. O panfleto traz ilustrações das lavadeiras e diálogos esclarecedores.



Imagem 4: Panfleto produzido pelas lavadeiras em 1985.

1.2 A ALARMES E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

Outro objetivo, listado no esboço do Estatuto, defende a articulação com diferentes movimentos populares, tais como, o movimento de mulheres, o movimento negro e sindicatos, principalmente o Sindomésticos. Esta Associação das Lavadeiras na Bahia não se articulou de maneira isolada dentro do contexto baiano, nem mesmo da conjuntura nacional. É inegável que o clima democrático que se instaurava no país foi muito favorável para a maior participação e reclamações de direitos, uma vez que “o movimento social, enquanto um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural” (GOHN, 2012, p.31). Com a divulgação das greves, promovidas pela Central Única dos Trabalhadores - CUT e pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, outros trabalhadores acabaram sendo um ponto de referência para elas: “Por que os outros fazem greve e nós não? Por que empregadas domésticas tem férias e nós não?” (CEAS, 1989, p. 24).

Foram tomadas algumas iniciativas para favorecer o entrosamento das lavadeiras com outros movimentos e categorias, sobretudo, com faxineiras e empregadas domésticas. Além de um relacionamento entre as lavadeiras de um mesmo bairro, houve também uma interação com a Associação de Empregadas Domésticas de Salvador. Ademais as lavadeiras foram convidadas para participar de reuniões ou encontros da Pastoral Operária e do Movimento dos Transportes. Com os sindicatos, houve um contato em 1986, através de uma carta onde as lavadeiras diziam: “Nós estamos cobrando pela tabela e uma boa parte dos nossos patrões são operários do Polo Petroquímico e Centro Industrial de Aratu. Vocês, que reivindicam

aumento nas campanhas salariais, lembre-se que nós também precisamos aumentar nossos salários”.²⁷

A realidade na qual está inserido o movimento de trabalhadoras domésticas (sobretudo lavadeiras, passadeiras e faxineiras), da Região Metropolitana de Salvador, não era das mais satisfatórias no cenário baiano. Categorias de trabalhadores historicamente combativas, (petroleiros, metalúrgicos, petroquímicos, bancários, servidores públicos e rodoviários), sofreram impactos econômicos e sociais, no entanto, a situação era muito mais dramática para as trabalhadoras domésticas, cuja organização formal data do início de 1980.

Dentre os objetivos do esboço do Estatuto, firmar convênios com entidades públicas e privadas, visando o benefício da Associação, se configurava como mais um propósito. A ALARMES recebeu, desde 1987, doações de pessoas e entidades que simpatizavam com o movimento. Segundo o Boletim daquele ano, o dinheiro doado à ALARMES era usado para atender às necessidades da Associação: impressão de tabelas, convites de assembleias gerais e jornais da ALARMES, despesas de assembleias gerais, de encontro de coordenadoras e representantes, despesa para passeatas, despesas de viagens para participar de encontros em nome da ALARMES.²⁸ A prestação de contas era feita nas reuniões de coordenação até 1989 e depois de 1990 passou a ser divulgado nos grupos de bairros.²⁹

Por fim, outro postulado do esboço do Estatuto propunha a promoção de eventos culturais, de educação, lazer e beneficentes. Imbuídos nesse intuito, eram realizadas, nas assembleias gerais, peças de teatro, com caráter pedagógico, que narravam as dificuldades vivenciadas pelas lavadeiras. Essas peças eram uma forma de demonstrar às trabalhadoras experiências cotidianas e, ao mesmo tempo, servia como momento de reflexão sobre sua condição.

A partir dos itens presentes no Esboço do Estatuto da ALARMES, trouxemos em que medida cada objetivo se concretizou de maneira efetiva, uma vez que, mesmo sem a legalização da associação, os seus anseios se materializaram, de maneira concreta, na vida das lavadeiras que atuaram na ALARMES.

Em março de 1987, com a participação de mais de 500 lavadeiras, em pequenos grupos e no final foi feita uma votação que resultou na criação da ALARMES. Houve um intenso debate sobre a construção da associação, no entanto, havia um receio que a centralização do movimento em torno de uma entidade tirasse a autonomia presente nos grupos já existentes

²⁷Cf. Boletim da ALARMES (1986).

²⁸Cf. Boletim da ALARMES, 1987.

²⁹ CF. Relatório dos agentes pastorais, 1991.

nos bairros. Por outro lado, a insistência em registrar a ALARMES se deu por dois motivos principais: a exigência das patroas e o interesse pela aposentadoria. Para muitas lavadeiras, ter uma associação que as representassem significava uma proteção, uma ideia tradicional e simbólica presente em outras categorias. No entanto, havia um questionamento, por parte de alguns agentes, acerca da formação de uma diretoria: “Eu acho que nós podemos provocar uma discussão entre as lavadeiras sobre as limitações e os riscos desse modelo de organização”. (PECCHIA, ano 1989, p. 20) Alguns agentes estavam preocupados em evitar que a direção do movimento acabasse ficando nas mãos dos próprios agentes ou da Igreja.

Apesar dos impasses em torno do registro da ALARMES, houve um esforço efetivo para que a associação ganhasse contornos legais, o que pode ser percebido com a construção de um estatuto. Esse esboço foi construído por uma comissão composta por quatro lavadeiras e três agentes, entre os meses de maio e junho de 1999, mas, no fim das contas, a ALARMES não foi registrada. Os que defendiam a legalização da associação argumentavam que a sua regulamentação poderia facilitar o encaminhamento dos casos que iam para a justiça. Defendiam também que a ALARMES poderia ter mais força, pois a luta das lavadeiras não iria ficar na clandestinidade.

Além do registro da associação, uma das conquistas almejadas por alguns integrantes da ALARMES era a sede. A existência de uma sede para a associação era a possibilidade de direcionar as lavadeiras a um espaço fixo para as reuniões. As polêmicas e as divergências a respeito da sede também eram diversas. Algumas lavadeiras acreditavam que ter uma sede era necessário, no entanto, apontavam diversas dificuldades, dentre elas, a condição financeira. Além disso, havia a preocupação com a pessoa que iria “tomar conta” da sede. Elas também ficaram receosas com o fato de que as patroas poderiam dirigir-se a tal local para fazer reclamações. Outras acreditavam que a sede seria somente um lugar fixo para elas se reunirem. As reuniões e as assembleias gerais aconteciam, na maioria das vezes, em espaços de domínio da Igreja Católica, como era o caso do Colégio Nossa Senhora das Mercês.

Além dos itens apontados no esboço do Estatuto, também houve a sistematização de uma possível diretoria³⁰ e as suas atribuições, caso a ALARMES tivesse sido legalizada:

Presidente	Coordenar as assembleias, apresentar propostas nas mesmas.
Tesoureiras	Movimentar, junto às presidentes, as contas bancárias, prestar contas dos

³⁰Relatório de reunião dos agentes pastorais do Ceas, 14/12/1996.

	gastos e receitas, receber as mensalidades das sócias.
Secretária	Redigir atas de assembleias e convites convocando as lavadoras para assembleias, registrar associadas.
Conselho Fiscal	Fiscalizar e apoiar o trabalho da diretoria, para acompanhar os processos e outros casos.

Todos os itens apontados como objetivos no esboço do Estatuto da ALARMES foram, em alguma medida, desenvolvidos de forma efetiva. Prova disso são os relatos das lavadeiras, quando falam sobre suas vivências e experiências com o movimento, assim como as reportagens noticiadas nos jornais da época e os Boletins da associação, que desempenharam um papel importante na dinamização das informações da ALARMES. Mesmo sem o seu registro legal, a associação se configurou como uma peça importante para diversas lavadeiras na Bahia e, a partir da década de 1980, também atuou como um movimento social de grande representatividade.

A Igreja Católica também esteve presente, através da ala progressista da Teologia da Libertação, que mobilizou, através das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais, até a abertura política às camadas pobres da população em favor de justiça social, baseada nos princípios de solidariedade e esperança. A Igreja, literalmente, engajou seus militantes na resolução das contradições sociais. De meados da década de 80 até o final da década de 90, os movimentos sociais perderam visibilidade como ações contestatórias porque, segundo Gohn (1997), o Estado deixa de ser seu principal adversário e, não tendo um inimigo visível (ao qual até então dirigiam suas reivindicações), os movimentos sociais se transformam e assumem novas demandas, localizadas no âmbito da sociedade civil. Os movimentos sociais já não objetivam tomar o poder do Estado, mas garantir direitos sociais.

Na década de 90, portanto, os movimentos sociais tiveram de alterar seus procedimentos, pois muitas preocupações manifestas em suas lutas acabaram sendo incorporadas por parcela significativa da sociedade e do Estado, através da conquista de direitos, sob a forma de lei, por exemplo, na Constituição Brasileira de 1988. “Muitos movimentos que tiveram muito vigor nos anos 70 e 80, quando clamavam por direitos, passaram a encontrar dificuldades para manter a mobilização após terem conquistado alguns daqueles direitos em lei [...]” (GOHN, 1997, p. 234).

2 LAVADEIRAS NA HISTÓRIA/HISTORIOGRAFIA: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DAS LAVADEIRAS.

2.1 LAVANDO, QUARANDO, TORCENDO: O LUGAR DAS LAVADEIRAS NA HISTORIOGRAFIA.

É inegável perceber as novas contribuições e a vasta produção acadêmica que têm se detido em “escutar” as vozes femininas enquanto vozes históricas. Michelle Perrot (1992) é uma das historiadoras com pesquisas e trabalhos voltados para uma história no feminino, dando visibilidade e escuta às mulheres. A autora defende uma reescrita da história, na qual as mulheres estejam inseridas e na qual possa ser problematizada sua longa ausência. Esta exclusão historiográfica inquieta, pois suscita questões em torno das mulheres e de suas atuações ao longo do tempo. Joan Scott (1992) discute o conceito de gênero pensado a partir das relações entre homens e mulheres e propõe que o mesmo também deva ser utilizado como categoria para análise histórica, ressaltando, dessa forma, desconstruções e naturalizações entre os sexos.

Analizando o contexto parisiense do século XIX, Perrot (1992) traz o cenário do lavadouro enquanto um espaço disciplinar, tendo em vista o esforço das ideologias da época em racionalizar um modo de produção tido como autônomo: o trabalho doméstico. A construção dos lavadouros está ligada ao processo de urbanização e modernização vinculada à política de higiene sanitária, uma vez que a prática de lavar recebia a acusação de propagar pestes e epidemias, pois, até então, as roupas eram lavadas em qualquer lugar onde houvesse água. (MATOS, 1992) onde começa e termina a citação? Fala literal da autora?

Dessa forma, os lavadouros parisienses passaram por esse processo de organização e mecanização, uma vez que se criou uma “verdadeira indústria de lavanderia, com grandes instalações modernas para a lavagem a vapor” (PERROT, 1992, 204). Assim, a lavagem de roupa se tornou um trabalho “concentrado, dividido, ordenado, com um pessoal reduzido e masculinizado” (PERROT, 1992, p. 204). Com isso, o lavadouro tornou-se menos acessível, menos feminino, menos livre, menos engraçado. No entanto, as lavadeiras parisienses protestaram e boicotaram, pois a ida a aqueles espaços significava bem mais do que lavar roupa, simplesmente. Tratava-se de um ponto de encontro, “onde se trocavam as novidades do bairro [...] o lavadouro era rico de incidentes entre as próprias mulheres com escândalos, gritos, brigas, etc” (PERROT, 1992, 202).

Uma das formas de disciplinar esta prática era a compartimentação dos lavadouros, arrumando-os em filas, bem semelhante às formas de organização do exército e da escola.

Diante disso, podemos refletir que os espaços públicos se configuravam bem mais que cenários, podendo ser entendidos como objetos de análise, uma vez que essa arquitetura tinha um olhar médico, em que se procurava “lavar cientificamente”. No entanto, o que às vezes “era prazer, pretexto para o encontro, virara dever pesado, necessidade codificada” (PERROT, 1992, p. 204). A política de higiene e os formatos dos lavadouros franceses eram inspirados em modelos ingleses. Essas posturas e esse “olhar” moderno para a cidade e para o consequente processo de modernização dos traços urbanos, amparados pelo pensamento positivista, que preconizava a ideia de evolução e disciplina da sociedade, estavam na ordem do dia, na conjuntura da virada do século XIX para o XX. Porém, “estes modelos, quando atingem os lavadouros em Paris, acabam por suscitar a revolta das lavadeiras parisienses, consideradas “turbulentas” e prontas para a briga” (PERROT, 1992, p. 205).

Segundo Perrot(1992), os lavadouros de Paris do século XIX eram locais de feminismo prático, uma vez que já formavam associações e cooperativas: “No lavadouro, enfim, por vezes, esboçam-se formas de organização originais. As lavadeiras profissionais estão entre as assalariadas mais turbulentas, prontas para a aliança e a greve, tanto em Paris como no interior” (PERROT, 1992, p. 230). Nesse sentido, o lavadouro é concebido como um lugar propício para as múltiplas sociabilidades e fortalecimento de laços de amizades entre aqueles que o frequentavam, pois também favorecia uma consciência de grupo entre as pessoas que exerciam uma atividade em comum. Perrot (1992, p.220) também nos ajuda a pensar sobre o deslocamento, no que diz respeito a uma representação de dona-de-casa, já que a autora traz esta personagem enquanto uma “mulher popular rebelde”, protagonista da sua vida, “ativa e administradora do orçamento familiar, no centro do espaço urbano”.

As preocupações referentes às epidemias também estavam no cerne das discussões no contexto de São Paulo, do início do século XX, uma vez que a cultura francesa também influenciou o Brasil, pois representava o modelo de civilidade que se almejava no período, tornando-se referência para várias cidades do mundo. Com isso, medidas foram executadas em São Paulo para que fosse proibida a lavagem de roupas nos rios,³¹ então, as práticas de lavar passaram a ser feitas nos domicílios das patroas como foi visto por Matos (2002, p.149):

Assim nos quintais, utilizando-se de grandes bacias de madeira ou tinhas, em repuxo com tanques e água encanada, lavavam, quaravam, estendiam as roupas com cordas

³¹São os Rios Tamanduáteí, Tietê, Anhagabaú, e Pinheiros. Cf: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura História, Cidade e Trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002.

sustentadas por bambus para secar ao sol, gradativamente incorporada ao cotidiano, essa prática se corporifica no ditado popular “roupa suja se lava em casa”.

O crescimento urbano ampliou as dificuldades habitacionais e sanitárias nas cidades de São Paulo e Santos, que passaram por sérios problemas epidêmicos. Algumas medidas, tomadas pelas autoridades, tinham como finalidade a organização e distribuição da água encanada, entretanto contou com a resistência da população, pois, para que houvesse o serviço de encanação, foi necessária a destruição de chafarizes, ambientes frequentados pela maioria da população.

Marcelo Badaró (2012) pontua que o preconceito racial presente na sociedade brasileira contemporânea, bem como as relações de subalternidade para com a comunidade negra não estão justificados apenas nessa herança escrava. O referido autor afirma que esta constatação em parte está correta, mas não totalmente. Pois, muito mais que a experiência da escravidão, as ideologias raciais foram bem mais significativas para que se perpetuassem práticas racistas. Essas ideologias foram construídas a partir da década de 1930, momento em que foi acelerado o processo de urbanização nas cidades, “de lá para cá a desigualdade racial manteve-se e aprofundou-se, sobrepondo-se e reforçando a desigualdade social”. (BADARÓ, 2012, p.16) ³² Ao, também, pontuar questões referentes às ideologias racistas, no contexto do Rio de Janeiro, na virada do século XIX/XX, Gizlene Neder (1997, p. 134) afirma:

Ancorados no determinismo biológico dada a grande penetração das ideias de Cesare Lombroso e na ideologia racista de “psicologia das multidões”, de Gustave Le Bon, que na Europa justificava a elitização do processo político decisório — estas lideranças impuseram-se e criou-se, no Brasil, uma ambiência psico-social também na justificativa da exclusão, sobretudo de pobres e negros, com a manutenção do poder com as oligarquias agrárias.

As ruas da cidade eram espaços em que as mulheres negras atuavam e onde desempenhavam funções de comercialização de alguns produtos, não obstante, este local era visto como impróprio para estas, como visualiza Soares (1994) no contexto de Salvador do século XIX. Desse modo, podemos pensar que, mesmo com tais características, ocupar os espaços da rua também poderia significar autonomia, mobilidade entre os lugares, bem como indicava a ausência de patrão.

As fontes, rios, riachos, lagoas, lavanderias e lavadouros públicos eram o cenário no qual as lavadeiras exerciam suas atividades, o que fazia desses locais mais que ambientes de

³²Entrevista realizada com o Professor Marcelo Badaró da Universidade Federal Fluminense – UFF, disponível em: <<http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal18-marcelobadaro.pdf>> Acessado em 29 de novembro de 2012.

trabalho, já que serviam como espaços de encontros entre lavadeiras e outros grupos de pessoas, proporcionando a construção de laços de solidariedade e ajuda mútua.

Ao debruçar-se sobre a condição social das lavadeiras na Bahia, a partir das obras literárias de Jorge Amado, da década de 1930, Antônio Francisco Nunes Neto (2005, p. 44) revelou o itinerário rotineiro das lavadeiras às fontes, bem como a iniciação de seus filhos nesse ambiente:

Assim, a localização das fontes acabava por evidenciar uma geografia urbana percorrida por centenas de mulheres, na sua maioria negra que acompanhadas, geralmente pelos seus filhos e filhas, andavam diariamente de sua casa para das freguesas e fregueses e destas para os locais de trabalho, numa verdadeira via *crucis*.

Nesse contexto, o trabalho das lavadeiras exigia um contínuo movimento de ida e volta até as fontes, com as trouxas de roupa na cabeça, demonstrando, dessa forma, uma dura rotina de trabalho, mas que proporcionava relativa autonomia no espaço público. Com isso, podemos (re) pensar o imaginário que se tem quanto ao trabalho feminino, uma vez que essas mulheres ainda “passavam dias a fio utilizando o ferro de carvão “[...] das cozinheiras, rachando a lenha para atizar o fogão ou carregando água para a limpeza das louças” (SOARES, 1994, p. 163). Assim, percebemos como eram desgastantes as funções de trabalho designadas a algumas mulheres, que eram a extensão ou continuação dos trabalhos realizados no espaço doméstico.

No imaginário das elites do início do século XX, o trabalho quando tinha um caráter braçal era vinculado à “incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral”. (RAGO, 1997, p. 589). Associados a essa ideia estavam alguns dos ofícios femininos, a exemplo da “costureira, florista, operária, da empregada doméstica, como das próprias lavadeiras, estas eram estigmatizadas e associadas à imagem da perdição moral, de degradação e de prostituição” (RAGO, 1997, p. 589).

Dessa forma, percebemos certa ambiguidade no que se refere à construção da imagem da mulher que trabalhava, pois, ao mesmo tempo em que os trabalhos tidos como femininos eram considerados frágeis, notamos também que estas funções de trabalho doméstico, bem como outras atividades femininas que as mulheres exerciam fora de casa, eram vistas como símbolos de degeneração e imoralidade. (Idem, Ibidem)

Os estudos feitos por Rago (1997) mostram as diferentes representações a que eram submetidas as mulheres: para os jornalistas, estas eram frágeis e infelizes, já para os patrões, eram perigosas e indesejáveis; Para os militantes políticos eram passivas e inconscientes e para os juristas, perdidas e degeneradas. Não é correto simplificar, tampouco naturalizar as

representações construídas sobre as mulheres, porém esses conceitos dão pistas do imaginário presente na sociedade brasileira, da virada do século XIX para o XX. Apesar desses olhares preconceituosos, o trabalho remunerado significava o esforço em trazer para a família recursos monetários que contribuía com as despesas da casa e, em muitos casos, eram a única garantia. Nesse sentido, Matos (2002) nos diz que foram em momentos de crise que houve o aumento de atividades femininas. Embora, estas mulheres recebessem muito pouco, ainda assim era uma “oportunidade de ganho para sustentar os filhos e completar a renda” (MATOS, 2002, p. 144).

Ao descrever as lavadeiras do século XX, no contexto da cidade de Feira de Santana, Reginilde Santa Bárbara (2007) revela as adversidades enfrentadas por essas mulheres, como também as relações de sociabilidades entre elas, mostrando que ser lavadeira era uma opção interessante e uma possibilidade de independência financeira, permitindo à mulher definir, com clareza, seus objetivos, bem como a resolução de alguns problemas. Estas questões foram fundamentais para a constituição de um sentimento de dignidade pelo qual lutaram as Lavadeiras do Tanque da Nação. Para Maria Helena Silveira (2002, p.6):

O labor excessivo e a baixa remuneração constituem uma combinação terrível e que, com certeza, restringem as possibilidades e perspectivas de futuro. Contudo, as lavadeiras parecem buscar uma força sobrenatural para rever o processo e garantir qualidade de vida mínima às gerações vindouras.

A força ou resignação de algumas lavadeiras para encarar o cotidiano talvez se explique na responsabilidade de terem que, sozinhas, garantir o sustento de seus filhos, tendo em vista o desejo de proporcionar-lhes uma realidade diferente daquela em que viviam. Ainda assim, era comum que as filhas das lavadeiras se encaminhassem para o mesmo ofício desde cedo.

Soares (1994) permite discutir as condições das lavadeiras na cidade de Salvador, no século XIX. Aquelas eram mulheres que trabalhavam para garantir a sua subsistência e a de seus filhos, visto que muitas delas eram mães solteiras e, desde muito cedo, iniciavam suas filhas menores na profissão. A pesquisa desta autora mostra que:

As funções chamadas femininas eram as mais desprestigiadas e menos remuneradas do que as masculinas [...]. Apesar dos poucos ganhos, pois estas atividades eram desvalorizadas e mal remuneradas, essas mulheres exerciam papel relevante na economia familiar (SOARES, 1994, p.163).

A reflexão acerca do cotidiano vivido por mulheres negras, no século XIX, no Brasil conduz à análise do trabalho pictórico de Johan Rugendas (1835), produzido no Brasil oitocentista, intitulado “Lavadeiras do Rio de Janeiro”:

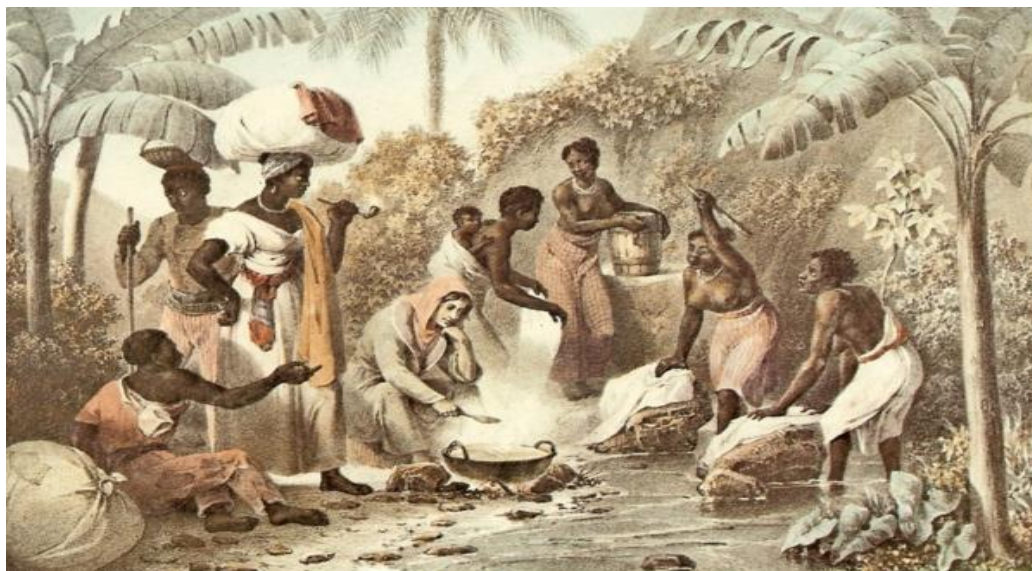


Imagem 5: Lavadeiras do Rio de Janeiro

Tal registro nos ajuda a visualizar o trabalho das lavadeiras no século XIX, a exemplo do hábito de bater as roupas na pedra para que fosse retirada a sujeira das peças, como também a imagem quase “clássica” da mulher negra que carrega a trouxa de roupa na cabeça. Vê-se que a maioria das mulheres presentes na gravura está com partes do corpo descobertas, nesse caso, os seios. Outros registros evidenciam que as fontes eram locais de bastantes disputas. Na cidade de Salvador, várias medidas de controle desse espaço foram tomadas ao longo do tempo pelos poderes públicos, a exemplo de uma ocorrência, em 1833, “quando um juiz de paz exigia o retorno de um soldado às fontes a fim de evitar a nudez negra e as constantes desordens na disputa pela água” (SOARES, 1994, p 40). A imagem de uma mulher carregando uma criança nas suas costas, enquanto exercia atividade da lavagem de roupa, se destaca em meio às demais. A presença de outros sujeitos permite inferir que este espaço também era frequentado por outras pessoas, que sentiam a necessidade de ir até a fonte ou rio para buscar água, tomar banho, dentre outras atividades.

A imagem de Rugendas representa uma realidade existente em diversos locais do Brasil e retrata uma função, na maioria das vezes, exercida por mulheres negras, possivelmente escravas ou as já alforriadas, as chamadas negras de ganho.

Voltando ao contexto de Salvador, da década de 1930, Neto (2005) confirma o fato de que a lavagem de roupas, como também outras atividades domésticas desenvolvidas por mulheres “faziam parte de uma significativa população urbana que viviam das migalhas das famílias abastadas ou remediadas de Salvador” (NETO, 2005, p. 56). A condição de subalternidade a que as lavadeiras estavam subjugadas é algo bem claro, a partir dos relatos das fontes. No entanto, é importante pontuar que as lavadeiras trabalhavam “duro” para conseguir sustentar a si mesmas, e, muitas vezes, aos seus filhos, por conseguinte, talvez não seja conveniente crer que as lavadeiras dependiam das migalhas da elite soteropolitana.

Ao que parece, distinguir uma lavadeira no espaço público não era muito difícil, no que se refere à Salvador da década de 1930, como apontou Antônio Francisco Nunes Neto (2005, p. 44) a partir das crônicas de Hildergardes Viana (1979, p. 152):

Uma mulher descalça, com trouxa de roupa na cabeça, nos dias de segunda-feira, era trivial. Andava pelas ruas [...] seguida a certa distância por um filho ou filha de pouca idade [...]. Essa era a mulher que levava a roupa para a fonte [...]. Era a lavadeira profissional de um dos mais duros e penosos trabalhos que se possa imaginar.

Ainda que de forma incipiente, a leitura dos trabalhos já existentes sobre as lavadeiras permite percebermos como, em diferentes situações visualizadas, a figura da lavadeira é retratada como uma mulher disposta, pronta para o trabalho, que vivia um cotidiano árduo, que sofria o estigma associado ao dos trabalhos braçais, mas que, ainda assim, via naquele ofício a possibilidade de ter uma renda e dar sustento para a sua prole, que na maioria das vezes, a acompanhava. Além disso, percebe-se que o ambiente de lavagem funcionava como um espaço de convivência, no qual havia conflitos, tensões, mas também relações de solidariedade e ajuda mútua, o que pode ser notado nas diversas experiências aqui expostas, que destinam a pesquisar as lavadeiras nas cidades de Paris, São Paulo, Salvador e Feira de Santana.

Os contextos temporais em que se desenvolvem esses trabalhos, em alguma medida se encontram, pois, assim como em Paris, a cidade de São Paulo, visualizada por Matos (2002), também traz questões referentes à política higiênica de sanitaristas, pois as lavadeiras eram acusadas de propagar doenças através das águas. Dessa forma, disciplinar e controlar a prática da lavagem se tornou, naquele momento, uma das preocupações das autoridades da época.

2.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA ALARMES

O Movimento das Lavadeiras, iniciado em 1983, na região suburbana da capital baiana, se expandiu por toda a Região Metropolitana de Salvador e diversas cidades do interior do Estado, abrangendo por volta de sessenta grupos.³³ A partir da constituição da ALARMES, em 1987, o movimento conseguiu vitórias significativas no enfrentamento cotidiano com as patroas e patrões, com destaque para a definição da tabela de lavagem de roupa, periodicamente reajustada.

A fase inicial do movimento das lavadeiras aconteceu com as visitas dos agentes às casas dessas trabalhadoras.³⁴ O motivo da visita era apresentar a tabela e a conversa se iniciava com algumas perguntas: “Conhece a tabela? Já teve alguma? O que acha?” A visita era feita com o objetivo de convidar as lavadeiras para uma assembleia. Essas visitas eram acompanhadas, também, por outras lavadeiras que moravam no bairro, mas que dificilmente se viam, tendo em vista a longa jornada de trabalho. Portanto, era uma oportunidade das lavadeiras se conhecerem e de entenderem a realidade entre si. Segundo descrição de José Antônio Pecchia (1989)³⁵, haviam visitas mais demoradas, em que as lavadeiras contavam sobre sua história de vida. Ele aponta que isso ganhava a confiança das mesmas, pois estas se sentiam respeitadas. As visitas eram significativas também para os agentes pastorais, pois possibilitava que eles entendessem um pouco mais a visão de sociedade que elas tinham.

Outra estratégia para fortalecer os laços entre as lavadeiras foi a organização dos grupos de bairro que eram formados, exatamente, a partir das visitas feitas pelos agentes e pelas lavadeiras que tinham mais disponibilidade. No início, os assuntos conversados nos grupos eram temas desenvolvidos dentro da Campanha da Fraternidade.³⁶ Havia uma cartilha em que o tema era distribuído em capítulos. Era realizada a leitura de Salmos e de trechos da Bíblia, contudo havia também grupos que não seguiram essa metodologia da Campanha da Fraternidade, sendo, nesse caso, a conversa pautada na história, trabalho e vida das lavadeiras. A tabela era um tema de bastante interesse entre as trabalhadoras, mas no desenrolar da

³³Desse total, vinte e cinco grupos se localizavam na capital e os demais em cerca de dez cidades baianas, entre elas, Camaçari, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus e Lençóis.

³⁴De acordo com uma pesquisa realizada por agentes pastorais do CEAS, o perfil das lavadeiras integrantes da ALARMES era composto por mulheres que, em sua maioria, vinham do interior, viviam em barracos, favelas, invasões ou bairros populares e exerciam a atividade de lavadeira por falta de opção de emprego. Tinha uma faixa etária entre 50 a 70 anos e, em sua maior parte, eram mães solteiras, sem aposentadoria e assistência médica, analfabetas e não aceitavam a profissão de lavadeira, uma vez que sentiam vergonha desse ofício. Apesar de terem medo de participar do movimento, desejavam as vantagens da luta. Eram, em sua maioria, negras, possuíam a saúde frágil, tendo em vista a rotina estafante. Esse grupo de mulheres apresenta a situação de marginalização que a sociedade capitalista produz.

³⁵Cf.: Caderno CEAS: Mulheres construindo um Movimento, 1989. P 15.

³⁶Em 1985, o tema da Campanha da Fraternidade era “Pão para quem tem fome”.

reunião surgiam vários assuntos despertados pelas próprias integrantes. A relação com suas patroas e com os maridos, as doenças causadas pela profissão e a educação dos filhos eram pontos corriqueiros entre elas. De acordo com o jesuíta Geraldo Luiz de Mori (MORI, 1989, p. 20), a presença dos agentes nas reuniões tinha mais um caráter simbólico, tendo em vista que os temas e assuntos eram promovidos pelas próprias lavadeiras e elas que os conduziam no decorrer das reuniões.

As assembleias eram outro instrumento de coesão do grupo e ocorriam em três níveis: gerais, por área e por bairro. As assembleias gerais reuniam representantes de todos os grupos, e, ao mesmo tempo, participavam lavadeiras que não frequentavam grupos, pois a assembleia geral era aberta para toda a categoria. Nessas reuniões eram tomadas as decisões mais importantes do movimento. Configurava-se como a possibilidade do encontro, do compartilhamento de experiências, de reforçar os laços e fortalecer o grupo.

Cada área possuía autonomia para realizar suas assembleias. Já as reuniões de bairro eram realizadas por lavadeiras da mesma localidade, duas ou três vezes ao ano, com o objetivo de promover um maior relacionamento com as lavadeiras da mesma região.

Adiante, vemos o primeiro volume do Boletim da ALARMES, (Imagem 6), lançado no dia 1 de maio de 1987. O boletim, que fazia o papel de “jornal das lavadeiras”, tinha um caráter informativo e pedagógico entre as integrantes da associação. Na capa deste exemplar é anunciado o sucesso da última assembleia que contara com a participação de 530 lavadeiras. Nas outras páginas desse número continham depoimentos, sugestões e críticas ao movimento. Apesar da associação das lavadeiras não possuir um registro legal, o jornal era um meio que possibilitava a circulação de informações, casos e lutas das lavadeiras. O jornal foi muito significativo, pois era uma maneira de informar à patroa sobre a associação e a atualização da tabela.

Os temas que seriam publicados eram discutidos nas reuniões e assembleias. A circulação do jornal representava uma sofisticação da associação, pois havia um cuidado na elaboração e nos assuntos a serem divulgados. Mesmo com um grande número de lavadeiras analfabetas, as informações eram circuladas, tendo em vista que o jornal era transmitido para as patroas, vizinhos e filhos.

Além das convocações feitas às lavadeiras para os encontros e assembleias, os boletins da ALARMES também convidavam as patroas a comparecerem na sede da associação, com o intuito de sanarem qualquer dúvida que viessem a ter. Essa foi uma estratégia bem articulada para que as trabalhadoras não ficassem isoladas e expostas à fragilidade.



Imagem 6: Primeiro Boletim da ALARMES

Dessa forma, o movimento das lavadeiras construiu um discurso forte e insistente sobre suas demandas. As questões centrais estavam em torno do direito de poder contribuir com o INPS, bem como ao aumento do valor pago por cada roupa, que seria materializado com a tabela e das suas constantes atualizações, pois as regulares oscilações econômicas, da década de 1980, implicavam no contínuo aumento dos preços dos produtos de maior necessidade. Portanto, aí estava presente a grande questão das lavadeiras: a permanência do mesmo valor a ser pago pelas trouxas de roupa e a insegurança quanto ao seu futuro, pois, ao não contribuir com o INPS, como as lavadeiras poderiam se aposentar? Nesse sentido, a organização e a união daquelas mulheres juntamente com a parceria firmada com a Igreja Católica foram essenciais para o sucesso e a conquista das demandas do movimento.



Imagem 7: Convocatória para assembleia geral da ALARMES

A imagem³⁷ acima reproduz uma convocação para assembleia geral da ALARMES direcionada às lavadeiras de diversas cidades da Bahia, a exemplo das lavadeiras de Lençóis, Sr. do Bonfim, Alagoinhas e Guanambi. Os boletins vinham de Salvador e eram distribuídos para as cidades do interior. As paróquias eram um importante meio de transmissão dos boletins, das tabelas e das informações que vinham da capital. Mais uma vez, percebemos o caráter educativo da ALARMES e a intenção de conscientizar a categoria, de modo que as informações pudessem ser passadas, até mesmo, para aquelas que não pudessem ir até as reuniões.

O convite mostra a importância do comparecimento das integrantes da associação, uma vez que a presença da mídia contribuía para a visibilidade do movimento. A convocação feita pela coordenadora da ALARMES ampliava o convite para as faxineiras e empregadas domésticas de Salvador, destacando a importância de estarem todas juntas para o fortalecimento do movimento.

A conexão entre as lavadeiras de Salvador e do interior baiano possibilitava que houvesse um grande contingente de mulheres nas assembleias gerais. Angélica Souza, que diz ter ido à sua primeira assembleia por volta de 1990, a convite da Irmã Nedina, em seu relato, afirmou a importância de ter participado daquele evento: Na “assembleia das Mercês, vi 400 mulheres e isso me acordou, [...] agradeço a Deus e a Irmã que me incentivou [...] foi uma coisa maravilhosa, eu nunca vou me esquecer na minha vida” (SOUZA, 2012)³⁸. Angélica Souza que, até hoje, atua como lavadeira também afirma que, graças à sua profissão, conquistou o direito de contribuir com o INPS e que “muita gente se aposentou com a ALARMES, pois muitas patroas pagaram nossos direitos”. (SOUZA, 2012)

A fotografia seguinte reproduz a imagem de uma passeata realizada pelas lavadeiras. Nos arquivos encontrados não foi possível precisar a data, mas ao que parece ocorreu nos idos de 1990.³⁹

³⁷Boletim da ALARMES. Ano não identificado.

³⁸Maria Angélica Souza, (lavadeira) 16 de maio de 2012, entrevista realizada na sede da Pastoral das Lavadeiras em Salvador- Bahia.

³⁹Foto encontrada no arquivo do CEAS.



Imagem 8: Passeata realizada pela ALARMES em Salvador

No dia 18 de setembro de 1993, o movimento da ALARMES completou 10 anos de vida e de luta. O aniversário foi celebrado com um novenário que culminou com a festa no bairro de Bariri, onde se iniciou o movimento. O novenário reuniu em média 30 lavadeiras. Nesse ano, a tabela já era considerada um ganho real dentro da categoria.

Falar do processo de organização da associação é destacar o poder de decisão do movimento e de sua formação. No início de 1985, surgiu a atividade de coordenação⁴⁰ que tinha como objetivo preparar e avaliar as assembleias. As coordenadoras passaram a se reunir, mensalmente, para combinar a realização das suas tarefas e avaliar o que já tinha sido feito.

No início de 1987, percebendo que havia uma desproporção muito grande entre a coordenação, que era composta por dez pessoas, e os grupos de bairro, que eram muitos, surgiu a ideia de criar uma instância um pouco mais democrática, algo que permitisse socializar melhor a experiência dos vários grupos e agilizar certas decisões práticas, que muitas vezes não poderiam esperar a decisão da assembleia geral. É o caso, por exemplo, da definição dos valores afixados na tabela, que eram periodicamente refeitos devido à inflação. Nasceram, assim, as representantes de grupos: as lavadeiras de cada grupo de bairro escolhiam entre si duas ou três representantes e todas elas se reuniam mensalmente. Nessas reuniões iam, em média, 60 lavadeiras, às vezes 40 ou 50, outras vezes 90 ou 100. Com isso,

⁴⁰Caderno CEAS: Mulheres construindo um movimento, 1989. P, 25.

do ponto de vista de estrutura do movimento, os grupos de cada bairro tiveram uma grande autonomia para tomar qualquer iniciativa.

As lideranças no movimento das lavadeiras tinham dois sentidos: liderança, como aquelas pessoas que favorecem e incentivam mais a participação nos grupos de bairro, e lideranças, como as pessoas que assumem certas funções no movimento, como era o caso das coordenadoras e das representantes. A questão da liderança começou a ser discutida a partir de 1985, ligada à sistemática de trabalho na diocese, que em cada ano contemplava um segmento (negros, mulheres, menor de idade). Por isso, era necessário construir líderes, pois havia uma rotatividade de agentes e religiosos. No entanto, existiam questionamentos e receios nesse processo. Segundo o jesuíta José Antônio Pechia (1989), uma das consequências é que um pequeno número de pessoas acaba se elitizando, sem nenhum treinamento para lideranças. Havia uma preocupação para que essas poucas pessoas não monopolizassem e acabassem se distanciando das massas de lavadeiras.

2.3 A SAÚDE DAS LAVADEIRAS

O trabalho de lavagem de roupa exige um bom preparo físico, pois desgasta muito o corpo de quem exerce essa função. Preocupadas com o dia em que não teriam mais forças para desempenhar o seu ofício, o direito à aposentadoria representava uma das lutas mais importantes daquelas mulheres. No caso das lavadeiras, que muitas vezes não tinha uma boa alimentação, era comum notar enfraquecimento e envelhecimento precoce. Para a lavadeira, a doença significava morrer de fome, porque elas só ganhavam quando trabalhavam. Nesse sentido, o tema referente à saúde das lavadeiras também compunha uma das pautas presentes nas assembleias:

Elas vão conversando muito sobre o desgaste e as doenças que vão pegando na lavagem e sobre os tipos de precaução que se pode tomar. Nos grupos, sempre saem sugestões: para trabalhar uma posição um pouquinho mais cômoda, por exemplo, não ficar agachada o tempo todo, sentar no banco, botar a bacia em cima de um tabuleiro, de uma mesa, para se proteger da frieza da água, colocar um plástico na barriga, evitar lavar e passar ao mesmo tempo, não ficar perto do calor do ferro e logo depois da frieza da água.⁴¹ (autor e data não identificada)

Na quinta assembleia realizada no colégio de N. S. das Mercês, em 24 de agosto de 1986, entre outras questões, o tema principal foi a saúde da lavadeira. Este assunto causava

⁴¹Boletim da ALARMES. (data não identificada)

bastante preocupação entre as trabalhadoras, pois elas dependiam da saúde para poder trabalhar:

Quase 400 lavadeiras se reuniram no Colégio das Mercês para discutir os problemas de saúde que enfrentam, agravados pela falta de assistência médica e pelo grande volume de trabalho que têm que arcar, além da baixa remuneração [...] mostrando os dedos encurvados e com as juntas endurecidas pelo movimento diário, e por horas a fio, de uma mão fechada sobre a outra, Josefina explica que para sustentar a casa tem que prestar serviços a 10 clientes diferentes (Jornal A TARDE, 1986, página não identificada)⁴².

No boletim da ALARMES de junho de 1987, D. Maria das Neves, 54 anos também desabafa quanto aos seus problemas de saúde advindos dos anos trabalhando como lavadeira: “Agora estou cansada, só posso lavar uma roupa, porque vivo doente, minhas pernas feridas de tanto sabão e as dores nas costas que já pegou peso e pega até hoje” (NEVES, 1987, p. 2).

Outra grande questão das lavadeiras se referia aos seus poucos proventos. Conforme publicado no 18º Boletim da ALARMES, a pior doença da lavadeira era a fome: “a maioria das lavadeiras passam fome, porque o dinheiro da lavagem não é suficiente de comprar todos os alimentos [...] a lavadeira só pode melhorar a sua saúde se alimentando melhor e trabalhando menos.”⁴³ (CEAS, p. 3)

As lavadeiras foram às ruas de Salvador, ontem à tarde, em passeata entre o campo grande e a Praça da Sé, para denunciar a situação de exploração. Aproximadamente 300 lavadeiras conseguiram parar e engarrafar o tráfego na avenida sete de setembro por mais de duas horas, no período compreendido entre as 14h e 16h. Elas pediram respeito à sua associação, pois lavar também é profissão com direito a INPS, aposentadoria e demais garantias que a lei trabalhista assegura.⁴⁴ (Jornal e data desconhecida)

A lavagem de roupa se configura como uma atividade que, com o tempo, degrada o corpo. “A lavadeira só tem serventia enquanto está trabalhando. Quando adoece ou fica velha a patroa encosta e arranja outra.”⁴⁵ (CEAS, p. 2)

2.4 PATROAS X LAVADEIRAS

Segundo o jesuíta José Antônio Pecchia que fez um trabalho junto às lavadeiras, a natureza da atividade desempenhada por essas mulheres era, substancialmente, solitária, portanto, as relações que elas pudessem estabelecer com outras pessoas eram mínimas. O

⁴²Página não identificada por se tratar de recorte de jornal encontrado no arquivo do CEAS.

⁴³CF. *Boletim da ALARMES*, nº 18, setembro de 1989.

⁴⁴Caderno da cidade. In: Jornal desconhecido. *As lavadeiras vão as ruas protestar*. Por se tratar de um recorte de jornal encontrado no arquivo da diocese de Alagoinhas, não conseguimos precisar a data, nem mesmo o jornal em que foi publicado, no entanto, a partir de informações de que o governador da Bahia, na época, era Waldir Pires, podemos especular que foi publicada entre os anos de 1986 a 1988.

⁴⁵Cf.: *Boletim da ALARMES*, nº 19 – outubro de 1989.

contato com a patroa ficava restrito a assuntos relativos à roupa. O trabalho delas era realizado em casa e as que tinham filhos aproveitavam para cuidar dos filhos pequenos. Muitas eram responsáveis pelo sustento da casa, pois não tinham maridos. A partir dessas características, como as lavadeiras poderiam construir um movimento, criar e fortalecer os laços entre elas? Logo abaixo, o relato de uma lavadeira de Salvador contido no boletim⁴⁶ da ALARMES⁴⁷, aborda a importância da tabela de preços para a vida destas trabalhadoras:

Ai de mim se não fosse a tabela; antes eu ganhava mixaria. As patroas pulam de alegria quando aumentam o salário delas todo mês, mas não querem aumentar o preço da lavadeira. Devemos dar apoio uma a outra. Não se amedrontar diante das patroas; se perder uma roupa, não fique com medo diante da branca; se perde uma; acha outra. (Isabel – São Marcos)

Conversar com a patroa sobre a tabela de preços das peças de roupa não era tarefa fácil, sobretudo, levando em consideração a resistência de muitas patroas a acatarem tal tabela. O boletim da ALARMES, do mês de junho de 1987, mostra a preocupação que elas tinham em dar publicidade à tabela como forma de evitar o enfrentamento individualizado. No boletim consta: “Precisamos gritar e ter coragem de apresentar a tabela. Vamos pensar no peso da colcha que nós carregamos, no duro que nós damos. [...] Tem que botar no jornal, pois as patroas só acreditam no jornal” (CEAS, 1987, p.2).

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p.15).

A autora alerta para a trajetória discriminada da mulher negra e, em tom de crítica, ressalta que esta faz parte de um grupo majoritário que trabalhou, durante séculos, como escravo nas lavouras e nas ruas, mulheres que não passaram pelo trânsito entre ser dona de casa e atuar no mercado de trabalho definido pelos homens, mas que possuem um histórico associado ao contexto da escravidão, em que serviam às sinhás e aos senhores de engenho e que, atualmente, estão, em sua maioria, atuando como empregadas domésticas. Carneiro ainda questiona, em que medida, a origem ocidental do feminismo fez avançar as discussões em torno de especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social.

Segundo Inês Brasão (2015, p.20), “as criadas de servir são ainda hoje associadas ao que é sujo, pela inveja, desleixo ou amoralidade.” Ainda que do seu corpo saia o esforço para

⁴⁶Alguns dos relatos não possuem identificação precisa de autoria.

⁴⁷Cf.: Boletim da ALARMES, nº 11, dezembro de 1988.

instaurar uma ordem de limpeza e asseio, ele é apenas instrumento e via, não pode associar-se a uma obra ou a um produto estável e reconhecível. Este eficaz dispositivo de dominação dificulta o estudo das trabalhadoras domésticas a partir dos limites a elas impostos, das condições de habitação oferecidas, do vestuário e da alimentação proporcionados, dos códigos de relacionamento com as famílias que as emprega. Inês Brasão (2015, p. 20) aprofunda e traz uma reflexão acerca disso:

A inclusão na história contemporânea de um olhar sobre os regimes de servilismo doméstico é um exercício de desocultação necessário, porque a sociedade luso-brasileira transformou a figura da criada em um anátema. A memória social ocultou o fato de estarmos perante uma massa de trabalhadores — análoga aos regimes de dominação ligados ao tráfico e à escravidão — preferindo uma síntese do seu significado a partir de dimensões sexualizadas da sua ação. Ainda sob o império do direito de punição e proteção dos mais fracos, esta foi uma condição profissional historicamente sujeita a enorme vulnerabilidade.

A vulnerabilidade, apontada por Brasão, em relação às trabalhadoras que exercem serviços domésticos, também pode ser percebida entre as lavadeiras que atuavam na cidade de Salvador. Partindo das suas personagens, visualizamos a condição de subalternidade e de humilhação a que estavam submetidas. Por isso, o processo de formação, bem como o estabelecimento de um movimento que representasse e lutasse pelos direitos das lavadeiras. No contexto de um país capitalista como o nosso, o trabalho doméstico representa o uso de um indivíduo para aumentar e expor prosperidade e *status* familiar: é como um objeto de luxo em forma humana. Sueli Carneiro (2003) destaca as diferenças de trajetórias entre mulheres brancas e negras nos movimentos feministas e Brasão (2015, p.48) chama também atenção para a figura da trabalhadora doméstica: “a emancipação da mulher da classe-média e classe-média alta dependia da contratação de outra mulher para assumir o governo e o cuidado da casa.”

O entendimento de que as empregadas domésticas, incluindo as lavadeiras, fizessem “parte da família” privou, por muito tempo, essas trabalhadoras de serem assistidas pelos devidos direitos trabalhistas. A dupla acepção como patrão e tutor paralisou — ou pelo menos atrasou — a conquista de direitos. O estatuto especial deste labor, travado na esfera privada, fez com que muitas trabalhadoras fossem exploradas. Grande parte do contingente tinha frágil contato com o espaço público, o que afetou, gravemente, sua capacidade reivindicatória e sua possibilidade associativa.

A constituição de 1988 discriminava o trabalho doméstico como de segunda categoria. Com a emenda 72/2013, instituiu-se a jornada máxima de 44 horas semanais e não superior a

oito horas diárias, o pagamento de hora extra e a institucionalização do FGTS, mas muitas lacunas continuam por preencher. O maior receio é que a alteração constitucional não seja cumprida pelos empregadores. A realidade social já deu provas suficientes de que prevalece enorme distância entre o discurso e a prática, desfavorecendo os mais fracos e colocando em evidência assimetrias econômicas e culturais.

Assim, como não havia nenhuma lei que regulamentasse a relação entre as patroas e as lavadeiras, encontramos registros de que algumas patroas recorreram a advogados para saber se deveriam pagar ou não o INPS da lavadeira, ou mesmo, se deveriam dar aumento depois que tudo foi “congelado”. Isoladas, as lavadeiras se sentiam acanhadas e desamparadas legalmente, já a organização do grupo permitiu o fortalecimento dos esforços para, então, conseguirem manter a coesão. A parceria que as lavadeiras tinham com a Igreja Católica poderia significar certa repulsa para algumas lavadeiras que eram evangélicas e, mesmo procurando demonstrar uma atitude ecumênica, a associação era considerada um movimento da Igreja Católica e alguns pastores proibiam a participação de seus membros nele. Isto dificultava, como foi dito, a força que unia o grupo.

A partir do desenrolar do movimento, as lavadeiras buscaram construir formas de organização que possibilitaram o aprimoramento das ferramentas de luta. As assembleias gerais, bem como as reuniões de área e dos bairros permitiram o debate de questões em comum. Nesse momento, o trabalho solitário da lavagem de roupa se tornava coletivo e o compartilhamento de suas dores diminuía o “peso” das “trouxas que carregavam”. Viver o movimento contribuiu para a tomada de consciência da tal condição.

3 CARTAS, MÚSICAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS: ALARMES EM REDE.

A duração do movimento de lavadeiras da ALARMES, das primeiras articulações, a partir de 1983, até o seu declínio em 2002, contabiliza-se quase 20 anos de atuação contínua e sistemática. Além disso, é válido destacar a substancial quantidade de grupos que foram formados nesse período, bem como o número de trabalhadoras envolvidas nesse movimento. Pensar o conjunto dessas mulheres, a partir do conceito de experiência de Thompson (1987), torna possível demonstrar que as lavadeiras não se reuniram para, simplesmente, identificar um inimigo em comum, mas, ao se perceberem em uma sociedade marcada pela exploração e por desigualdades, identificaram interesses antagônicos entre elas e as patroas.

Neste sentido, a mobilização feita pelas lavadeiras foi construída a partir de suas experiências e vivências em comum e favoreceu a tomada de consciência de sua condição, mas isto não se configurou como algo dado no primeiro momento e sim no desenrolar do próprio movimento. Conforme sinalizado por Thompson (1987, p.10):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiência em comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.

Essa inovação quebra com a forma binária de entender a classe, pautada na contraposição entre meios de produção e trabalhadores e introduz um novo elemento: a experiência. Essa nova relação acontece porque as relações sociais colocam os trabalhadores em uma condição real de exploração. Esta faz com que os trabalhadores compartilhem uma experiência de oposição de interesses aos de seus exploradores. A consciência de classe é a forma como essas experiências são elaboradas em termos culturais. Ou seja, a experiência é determinada pelos meios de produção, não a consciência de classe, que é o requisito para a própria classe, em seu sentido maior. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece com eles e em seu mundo. Dessa forma, entendemos que a formação da mobilização das lavadeiras é resultado das experiências em comum.

Para Thompson (1987) não existe uma consciência de classe pré-estabelecida, essa consciência é formada a partir das experiências dos trabalhadores em diferentes contextos, como foi o caso das lavadeiras, que permaneceram na mobilização, apesar de todas as

adversidades e partindo das suas experiências em comum, desenharam os contornos e demandas para seu grupo.

Thompson (1987) pontua que uma classe não pode existir descolada da experiência de situações determinadas, em que o conflito de interesses é prioritário no processo de sua formação. Junto a isso, o processo histórico é imprescindível para o entendimento da classe trabalhadora. O próprio conceito não possui significado se estiver deslocado deste processo. O conceito de classe, definido dentro de um processo histórico, significa, conforme Thompson: “negar fundamentos teóricos e políticos e intelectuais detentores do conhecimento sobre os verdadeiros interesses da classe operária” (THOMPSON, 2001, p. 67). Ou seja, como foi dito, o contexto de criação dessa teoria esteve ligado, por exemplo, à forma que alguns teóricos do Partido Comunista enxergavam o caminho para se chegar ao socialismo, partindo de um processo pelo alto, pela vanguarda intelectual. Essa formulação teórica de Thompson faz parte de sua crítica ao marxismo althusseriano ou tradição marxista stalinista. Mas não só isso, como também acabou atingindo a pretensão cientificista, comparando tal pretensão à lógica que predomina na economia política.

Com isso, é possível observar o quanto a formulação teórica de Thompson esteve ligada não só a uma renovação historiográfica, mas também a um contexto político específico. Ou seja, é inegável a relação entre produção do conhecimento de história com a intervenção política militante que Thompson fez ao longo de sua vida, e, é nesse sentido, que esta pesquisa se pauta na análise de sua visão transformadora na forma de fazer história.

De forma genérica, os movimentos sociais surgem e se desenvolvem a partir da reflexão sobre a sua própria experiência. Apesar de alguns movimentos terem sido compostos majoritariamente por mulheres, as reivindicações estavam para além da questão de gênero ou luta feminista. A questão fundamental era a valorização do seu ofício e como classe trabalhadora, o que, por conseguinte, acabava por modificar a vida das integrantes. Para E. P. Thompson (2001, p.31), a experiência seria o “espaço definido segundo relações produtivas específicas, no qual ações conscientes tomam lugar e são praticados”. Nesse sentido, a experiência histórica refere-se à experiência de um sujeito histórico. Assim, as experiências vivenciadas por quem participava de movimentos sociais contribuíram para (re) significar sua condição de subalternidade.

3.1 A ALARMES E AS CARTAS

O contato com outras associações e sindicatos esteve presente na trajetória da ALARMES. Essas interlocuções refletem um dinamismo e uma articulação com outros setores que, muitas vezes, eram acionados pelas lavadeiras com o objetivo de buscar apoio entre os movimentos sociais.⁴⁸ Dentre as correspondências enviadas à ALARMES está a do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e Capitalização e de Crédito no Estado da Bahia:

Acusamos recebimento de sua carta, datada de 06.04.86 e, com muita atenção, analisamos o seu conteúdo, terminando por concluirmos serem os reclamos ali contidos os mais justos e necessários para a sobrevivência da laboriosa classe trabalhadora das lavadeiras. Entendemos os sacrifícios sofridos por essas senhoras que, por não terem melhores oportunidades de emprego, submetem-se a trabalhos forçados, sujeitas a diversos tipos de doenças, em troca de insignificantes ganhos e incompreensões, fruto da conjuntura socioeconômica em que vivemos, um regime de exceções e protecionismo, que não se tem direito nem ao trabalho, condição mínima e condigna para quem precisa garantir a subsistência. [...] É necessário, entretanto, que se unam em torno de suas reivindicações, que se organizem em Associações, procurem a DRT- Delegacia Regional do Trabalho, Seção Sindical, a fim de que sejam ilustradas a respeito do assunto e possam, quem sabe, algum dia constituir entidade representativa de maior peso. Desejando-lhes mais justiça e boa sorte.⁴⁹

A carta, datada de maio de 1986, expressa o apoio do sindicato à luta das lavadeiras para o reconhecimento da sua profissão. A carta/ofício, direcionada às “companheiras” lavadeiras, revela um discurso de apoio e, ao mesmo tempo, de sensibilidade ao citar os diversos sacrifícios a que as lavadeiras estavam submetidas. Ainda, o emissor acrescenta que esse tipo de exploração é fruto de uma sociedade extremamente desigual. Ao fim da missiva, há uma recomendação para que as lavadeiras perseverassem em suas reivindicações e para que elas recorressem à Delegacia Regional do Trabalho — Seção Sindical, para que pudessem constituir entidade representativa de maior peso.

A resposta a essa carta foi dada em um momento em que o Movimento de Lavadeiras buscava ganhar apoio a partir da representação associativa. Foi nesse mesmo ano que as lavadeiras encaminharam a carta ao presidente José Sarney, em que estas buscavam, dentre outras conquistas, regularizar a profissão.

Além das associações e sindicatos de outras categorias, havia também interlocuções feitas com grupos de lavadeiras de outros estados, a exemplo da Associação das Lavadeiras e

⁴⁸Esse contato foi feito, através de cartas encontradas no arquivo do CEAS.

⁴⁹Transcrição da Carta/ofício remetido pelo Sindicato dos empregados em empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e de crédito no Estado da Bahia, de 12 de maio de 1986, arquivada no Ceas.

Passadeiras da Grande Goiânia.⁵⁰ Essa carta enviada em junho de 1988 se tratava da resposta a um apelo da ALARMES. No teor da correspondência havia uma mensagem de apoio e de compartilhamento de experiências. O grupo de Goiânia apontava para seus objetivos, a exemplo de núcleos de alfabetização em toda Goiânia, sinalizando para o analfabetismo de muitas integrantes de seu grupo:

Respondemos com bastante atraso à vossa carta e por isso pedimos desculpas, mas estamos vivas e [...] bem ativas.
Estamos procurando realizar o contrato de trabalho e articular os Comitês. Estamos também organizando núcleos de alfabetização em toda Goiânia, pois a maioria das companheiras assina com o dedo.
Dois dias por semana garantimos um plantão para responder aos pedidos das companheiras e [...] tempo não sobra mesmo mas queremos ficar em contato com vocês e conhecer as vossas últimas bandeiras e conquistas.⁵¹

As cartas encontradas no arquivo do CEAS eram cartas de resposta aos convites feitos pela ALARMES para que determinados grupos participassem de suas passeatas.

O uso das cartas pela ALARMES possibilitava a outros grupos, associações, entidades e sindicatos, uma articulação e o contato com outras experiências de luta. Também havia cartas direcionadas às personalidades políticas (Presidente da República, Governador, Prefeitos e Deputados federais) que, na conjuntura nacional, se alinhavam por uma perspectiva de esquerda.⁵² As cartas destinadas aos deputados federais, por exemplo, reforçavam o tom do apelo direcionado aos representantes do Poder Executivo, em busca de: regulamentação da profissão; direito à aposentadoria; diminuição da contribuição do INPS de 19,2% para 3% para autônomos, entre outros benefícios.

Dois anos antes dessa manifestação, às vésperas da construção da nova Carta Constitucional do país, em uma conjuntura na qual o Brasil vivia o momento de abertura política, foi encaminhada, em abril de 1986, uma carta, em tom de apelo, acompanhada de 1.300 assinaturas ao então presidente da República, José Sarney. Nesta correspondência as lavadeiras reivindicavam o reconhecimento da sua profissão, bem como garantias referentes às questões trabalhistas e à Previdência Social. Muitas das falas, presentes na carta, são reflexo do lugar histórico no qual as lavadeiras foram destinadas ao longo do tempo. No texto, elas construíram um discurso que reivindicava respeito e esperavam contar com as prerrogativas trabalhistas como qualquer outro trabalhador:

⁵⁰Dentre as associações e sindicatos mencionados, pode-se citar o SindiLimp-BA e Ação Católica Operária.

⁵¹Carta enviada pela Associação das Lavadeiras e Passadeiras da Grande Goiânia, em 08 de junho de 1988.

⁵²Foram encontradas, no arquivo do CEAS, cartas direcionadas à ALARMES, remetidas pelos deputados federais: Jacques Wagner (telegrama, não contém a data), Roberto Freire (23 de setembro de 1987) e deputada federal Abigail Feitosa (25 de agosto de 1987).

Pedimos ao senhor, que como a maior autoridade do país, tenha piedade de nós, que somos pobres lavadeiras e sempre fomos esquecidas. Nós resolvemos nos reunir para lutar pelos nossos direitos e já realizamos várias assembleias: esta luta vem acontecendo a 2 anos e meio. [...] O Senhor congelou os preços da comida, do transporte, do salário e etc, Mas esqueceu-se de nós lavadeiras, que somos trabalhadeiras e como tal também temos direito a INPS, férias, o trabalhador quando sai do trabalho e tem direito a INPS, férias e nós lavadeiras não temos nada disso [...] Se o Senhor determina um preço oficial da lavagem de roupa, as nossas patroas vão obedecer [...] Como podemos manter uma família com alimentação, remédio, transporte, roupa, calçados, água, luz, material escolar dos nossos filhos com o dinheirinho que a patroa nos pagam? [...] Diante de tudo isso, o que esperamos do Senhor é mesmo a sua colaboração apoiando a nossa luta e dando os nossos direitos de um salário justo para poder viver como pessoas e cidadãs brasileiras.⁵³

Antes de chegar ao centro da questão, é feito um apelo ao presidente, solicitando que ele levasse em consideração o cotidiano de trabalho estafante daquelas mulheres. A leitura da carta provoca uma inquietação, uma vez que permite questionar os motivos pelos quais os direitos deveriam ser garantidos às lavadeiras. Seria pelo histórico de subordinação e da importância social dessas trabalhadoras ou por conta de um sentimento de piedade que o presidente, como “maior autoridade do país”, deveria nutrir para com elas?

Notamos que em vez de partirem para o enfrentamento direto e atacarem, de forma agressiva ao Presidente da República? O discurso do movimento acabou por construir uma fala que demonstrava as injustiças a que as trabalhadoras estavam sendo submetidas há séculos, evidenciando a recorrente exploração do seu ofício. Colocar-se como vítima e construir uma imagem de piedade e compaixão, deixando para as autoridades a postura injusta, diante da realidade na qual estavam inseridas, poderia ser o caminho mais adequado. Nesse sentido, a retórica que estava sendo construída pode ser entendida como uma estratégia para a conquista de espaços e para o recebimento de apoio da opinião pública. Portanto, esse “discurso dos fracos” pode ser entendido como ferramenta persuasiva para alcançar seus objetivos. O discurso construído pelas lavadeiras está inserido em um lugar social que adquire a identidade de quem o emite. Segundo Durval de Albuquerque (2013), o sujeito só se torna autor da fala ao falar. A carta construída pela associação das lavadeiras foi redigida por uma categoria que a utilizava enquanto instrumento de luta. A carta foi acompanhada por um abaixo assinado, constituindo uma identidade de grupo através do discurso.

Um mês após o envio da carta ao Presidente da República, a seguinte reportagem foi noticiada no Jornal *A Tarde*:

A falta de uma tabela de preços para a remuneração de seus serviços, a exploração por parte das patroas, o trabalho estafante e a falta de assistência médica são

⁵³Transcrição da carta encaminhada ao presidente da República José Sarney, em 06 de abril de 1986, pelas lavadeiras da ALARMES, encontrada no Arquivo da diocese de Santo Antônio, em Alagoinhas (BA).

algumas das razões que levaram as lavadeiras de Salvador a mandarem uma carta ao presidente da república, José Sarney, denunciando a situação e pedindo providências ao chefe da Nação para melhorar a suas condições de trabalho e de vida.⁵⁴ (Jornal A Tarde, 1986)

Palavras como piedade e compaixão estão no contexto de um vocabulário cristão, dessa forma, essa inquietação talvez se explique por conta do apoio que as lavadeiras recebiam dos agentes pastorais e de padres da Igreja Católica. Mesmo com a consciência de direitos sendo despertada, vê-se, ali, uma marca ideológica no discurso destas mulheres, representada pelo principal mediador do grupo: a Igreja Católica. Para Negro (2004) a presença dessa fala pode estar associada a um discurso dos fracos, presente em um paternalismo, tendo como premissa uma solidariedade e coesão entre os grupos sociais contrapostos, sugerindo uma relação mutuamente consentida (NEGRO, 2004).

A resposta à carta ao presidente José Sarney foi divulgada, em agosto de 1986, pelo Ministério da Presidência, que, segundo sua assessoria, foi submetido à Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho. Esse retorno trouxe um pouco de esperança às lavadeiras, que estavam se mobilizando em todo o Estado da Bahia.

A carta encaminhada ao Presidente da República pode ser entendida com o objetivo de salientar e manifestar os seus anseios de “aparecer”.⁵⁵ Em uma forma de apresentação de si, a construção de uma imagem é tecida a partir do seu relato. “O que o escritor de cartas parece querer dizer a todo mundo, ao apresentar uma ‘pose’ de si mesmo é simplesmente: eu estou aqui.” (MALATIAN, 2013, p. 201)

Ao que indica, o desabafo feito pelas lavadeiras, na carta, busca construir uma credibilidade daquele que recebe a correspondência. Na missiva, estão contidas suas ideias, pensamentos, desejos, emoções, posições políticas. A carta em questão foi construída pela associação e utilizada como um instrumento de luta, pois foi acompanhada por um abaixo-assinado. Ao expor suas questões, o emissor construiu uma representação do grupo. Nesse sentido, a mensagem teve um caráter de pronunciamento: discurso. A expressão da linguagem, através das palavras, se configura como um meio privilegiado às lavadeiras, pois é inserida em um mundo letrado, em que há possibilidade da construção e da representação de quem escreve.

As cartas expressam dimensões culturais do sujeito, que poderiam ser chamados de movimento biográfico. Cada indivíduo participa de diferentes esquemas de ação e de

⁵⁴ Lavadeiras pedem piedade ao presidente José Sarney. In: *A Tarde*, Salvador, 22 de maio de 1986.

⁵⁵ Conferir: MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSK, Carla. De LUCA, Tânia. (Orgs.) *O historiador e suas fontes*. Contexto: São Paulo, 2013.

pensamento que possuem seus modos de tradução simbólica e constituem sistemas referenciais valorizados (MALATIAN, 2013, p. 200).

As lavadeiras de Barra Mansa também escreveram para a ALARMES, em resposta ao recebimento do material enviado pelo movimento baiano. A presidente da associação fez um convite para participar do Dia das Lavadeiras comemorado em 16 de dezembro. Percebemos que as cartas foram escritas pelos próprios trabalhadores. Essas articulações permitiram colocar o trabalhador como sujeito de sua própria história; uma história como Thompson (1987) afirma, “vista de baixo”, longe dos documentos oficiais e da elite. Essas fontes trazem o desafio de acompanhar, avaliar, refletir e trazer à tona momentos de práticas políticas consistentes, atentando ao objetivo de tais cartas, que era conseguir ajuda mútua entre as associações e sindicatos.

3.2 CANTANDO E ALARMANDO

A música se apresenta como um elemento presente no universo das lavadeiras, tendo em vista os tradicionais cânticos entoados pelas lavadeiras durante a lavagem de roupa nos rios, riachos e lagoas. No contexto da ALARMES, construíram cânticos para fortalecer a luta do movimento. Um momento propício para os cânticos serem executados era durante as passeatas. O teor das letras continham discursos de união, resistência e relatos do cotidiano. Foram construídas músicas que iam desde o hino das lavadeiras às canções em ritmo de baião, samba e outros estilos:

Mulher na luta
Vai na beira do riacho
com a trouxa na cabeça
Pra ganhar uma mixaria.
Lava roupa todo dia, se resfria e não se queixa.
O sol quente na cabeça
e os pés na água fria. É a mulher lavadeira.
Trabalha a semana inteira pra poder ganhar a vida.
Bota a lenha no fogo faz o leite do menino.
Varre a casa, limpa a mesa e arruma a prateleira enquanto ele está dormindo.
É a mulher dona de casa, sem tempo pra descansar.
Faz almoço, faz a janta e a noite lá pras tantas, ela ainda sem deitar.
(CEAS, data não identificada)

As músicas compunham outra via de expressão do movimento e uma oportunidade de apresentar a sua história e suas bandeiras de luta. Outra característica das músicas das lavadeiras era a presença de um discurso religioso, pois havia a forte influência dos agentes pastorais. O pedido de proteção a Deus, em torno de suas demandas, era marcante nas letras

que relatavam o sofrimento vivido pelas lavadeiras: “Vamos lavadeiras, vamos trabalhar todas juntas de mãos dadas, Cristo vai nos ajudar”.

Das várias ferramentas construídas pelo movimento, as letras das músicas e a execução durante as passeatas se apresentavam como mais um elemento de fortalecimento do movimento. As Lavadeiras do Jequitinhonha chegaram a gravar um disco com as músicas que embalavam a hora da lavagem de roupa. Uma forma de passar o tempo e, de alguma maneira, amenizar o cotidiano tão desgastante. Muitas das músicas eram melodias já conhecidas, mas com letras de denúncia, de apelo religioso associado ao cotidiano das lavadeiras. Não obstante, os cantos, entoados pelas lavadeiras nas passeatas, refletiam a luta cotidiana vivenciada pelas lavadeiras como podemos perceber abaixo:

ALERTA, LAVADEIRA
(melodia de olé mulher rendeira)

Alerta lavadeira! Alerta companheira
A união que faz a força tem a força da mulher.
Madame é exigente e paga mixaria.
Minhas forças se esgotam
nesta vida dia a dia.
A trouxa é um colosso, não cabe no varal.
E eu choro por meus filhos,
pobrezinhos passam mal.
Não tenho INPS, nenhuma garantia
se cair no pé de tanque
Já não tenho serventia.

(CEAS, data não identificada)

Os cânticos, acima apontados, eram entoados em passeatas e caminhadas das lavadeiras, em um discurso de protesto que retratava suas lutas, sob um tom ritmado, com letras em melodia de samba de roda. A vinculação entre a música e a luta das lavadeiras pode ser entendida como fruto da herança cultural e dos costumes das mesmas que cantavam enquanto desempenhavam as suas atividades.

O canto pode se configurar como um diálogo consigo e com os outros. A representação das suas dificuldades através da música possibilitava “amortecer a dor e a dominação”, uma vez que as letras estão associadas à melodia, utilizando-as como uma arma através de um discurso de luta.

3.3 A ALARMES EM REDE

O movimento iniciado no subúrbio de Salvador, com o caráter disperso das lavadeiras, foi se construindo, de forma autônoma, entre os seus diversos grupos, com a realização das assembleias e das reuniões, de forma independente, mas, ao mesmo tempo, em rede, uma vez que o movimento foi se expandindo para outros bairros: Cabula, Vasco da Gama, Estrada Velha do Aeroporto, Itapuã, além das cidades do interior como Camaçari, Santo Antônio de Jesus, Catu e Alagoinhas.

Além do Estado da Bahia, o contato das lavadeiras da ALARMES acontecia com lavadeiras de outros Estados, a exemplo do Piauí e Goiás. Essa dimensão em rede é caracterizada pela atomização do movimento, bem como pela sua articulação entre lavadeiras de diversas cidades. Uma das formas de compreender essa articulação é visualizar o Boletim construído pela ALARMES (Imagem 9). O mesmo propunha dar visibilidade à causa das lavadeiras e uma das estratégias era relatar o histórico de cada grupo de lavadeira nascente:

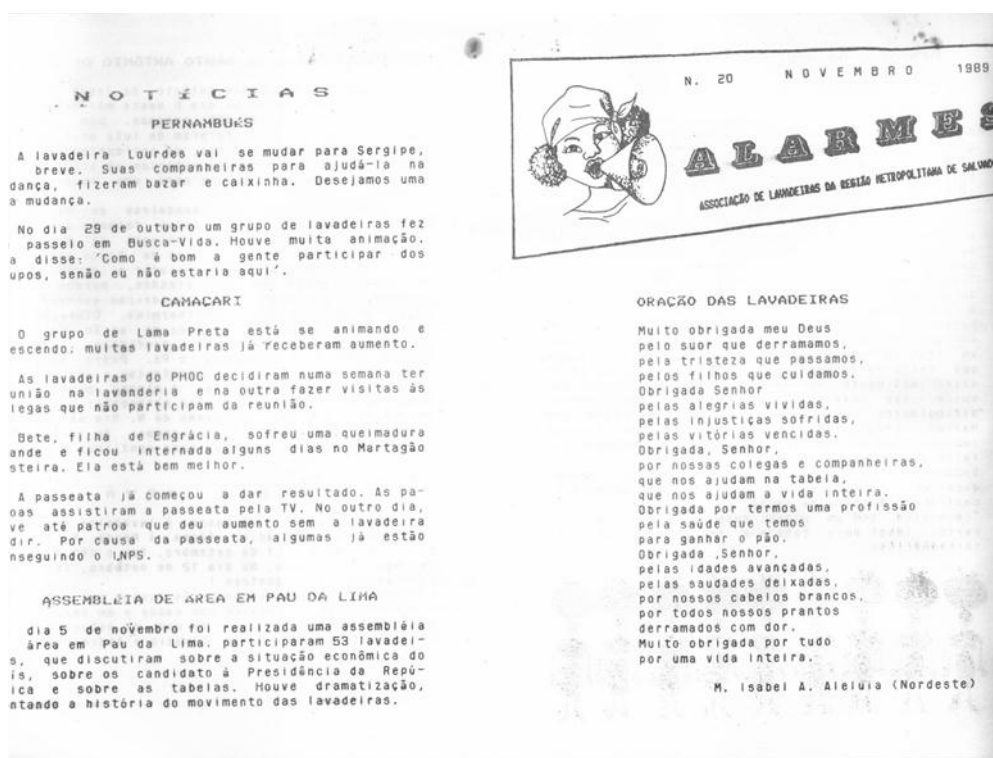


Figura 9: Boletim da ALARMES, novembro de 1989

No Boletim, notamos a articulação entre os grupos de diversas localidades que formavam a ALARMES. Notícias de lavadeiras dos bairros de Pau da Lima, Pernambués e do Nordeste de Amaralina são citadas nesse exemplar. Assim como as lavadeiras da cidade de

Camaçari. A ALARMES era constituída por grupos autônomos, todavia, buscava promover uma união, tendo em vista a semelhança de suas queixas, assim como objetivos em comum.

O quadro abaixo revela algumas áreas e os bairros em que a ALARMES atuava⁵⁶:

CABULA	EVA⁵⁷	VASCO DA GAMA	ITAPUÃ
Pernambués	Águas Claras	Cosme de Farias	Nova Brasília
Saboeiro	Castelo Branco	Brotas	Lagoa do Abaeté
Engomadeira	Cajazeiras	Polêmica	Baixa do Dendê
Barreiras	São Marcos	União Paraíso	Alto do Macaco
Beiru	Canabrava	Nordeste	Mussurunga
	Sussuarana	Vasco da Gama	Lauro de Freitas
	Calabetão	Engelho Velho	Itinga

Além das reuniões, os grupos também realizavam outras atividades, a exemplo da Escolinha de alfabetização de Pernambués e a feirinha de roupas e comidas típicas, para ajudar a manter as escolas do bairro. A principal queixa das lavadeiras dessa área era a falta de união das trabalhadoras, no entanto, elas apontavam para pequenos avanços, como o aumento do valor da lavagem e um maior encorajamento para falar com a patroa. Na área da Estrada Velha do Aeroporto, as reuniões eram realizadas quinzenalmente, onde eram discutidas questões como a tabela, custo de vida, saúde, moradia, transporte, aposentadoria. Nesta área, os primeiros grupos se iniciaram em 1985. Os grupos da região de Itapuã surgiram a partir de visitas dos agentes pastorais nas casas das lavadeiras e as reuniões aconteciam uma vez por mês. As discussões abordavam assuntos como: sofrimento da lavagem de roupa, exploração do ofício, greve, política, constituinte, INPS, entre outras pautas.

A formação de grupos organizados de lavadeiras, nos bairros de Salvador, aconteceu de maneira contínua e crescente. O movimento foi ganhando contornos mais definidos e os agentes pastorais tiveram papel decisivo, haja vista as visitas nas comunidades periféricas. Outro fator importante para a expansão desses grupos foram as assembleias gerais que possibilitavam o encontro de lavadeiras de diferentes localidades.

⁵⁶Relatório de reunião de agentes de maio de 1991.

⁵⁷Estrada Velha do Aeroporto.

Além da capital, as cidades do interior também faziam parte da rede constituída pela ALARMES. Em Camaçari, as primeiras reuniões começaram em 1986, com a participação das mulheres residentes na periferia da cidade.⁵⁸ As reuniões começaram a ser realizadas semanalmente e, a princípio, utilizaram a tabela de Salvador e acabavam participando das assembleias realizadas em Salvador. O movimento das lavadeiras da cidade de Santo Antônio de Jesus⁵⁹ começou em novembro de 1988. Elas já tinham conhecimento da luta do movimento das lavadeiras de Salvador. Algumas lavadeiras de Santo Antônio de Jesus participaram das assembleias gerais que aconteciam em Salvador e retornaram animadas para divulgar o movimento em sua cidade. Utilizaram como ferramentas de luta a divulgação do movimento, com a publicação da tabela no jornal da cidade e a veiculação da tabela no rádio. “Nosso trabalho é muito desvalorizado; no ano passado tinha lavadeiras ganhando 10 centavos por 200 peças de roupa”.⁶⁰ (BOLETIM, 1989, p.2)

Na cidade de Catu, as lavadeiras começaram a se organizar em 1987, quando colegas da comunidade do Barão de Camaçari começaram a se reunir e a conversar sobre as dificuldades enfrentadas. A principal queixa das lavadeiras da cidade de Catu se refere ao não pagamento dos valores divulgados na tabela. As reuniões eram feitas quinzenalmente e algumas lavadeiras de Catu também participaram de assembleias realizadas em Salvador. Segundo Alexandrina, “Lavadeira tem um plano, esse sei que vai dar certo, lavar pela tabela e ter o direito ao INPS”.⁶¹ (CEAS, 1987)

O movimento de lavadeiras em Alagoinhas teve início, em 1983, durante uma missão na comunidade, quando uma equipe de religiosos visitava bairros periféricos de Alagoinhas.⁶² As lavadeiras de Alagoinhas construíram um regimento interno e um estatuto. A associação das lavadeiras de Alagoinhas ganhou uma autonomia diferenciada, pois apesar de participar das assembleias gerais em Salvador, em Alagoinhas, o grupo conseguiu ser registrado:

A Associação das Lavadeiras de Alagoinhas – Bahia, Entidades sem fins lucrativos, que tem por finalidade, ser um órgão de defesa da classe, propiciando às lavadeiras condições mais humanas de trabalho; Esclarecendo sobre os direitos e deveres das lavadeiras enquanto classe trabalhadora. – É composto dos artigos 1º ao 35º - Fundada em 03/10/83 com sede e foro no Alto Santo Antônio, nº 174 – Alagoinhas – Bahia.⁶³

⁵⁸ *Boletim da ALARMES*, nº 15- junho de 1989.

⁵⁹ *Boletim da ALARMES*, nº 16- julho de 1989.

⁶⁰ *Boletim da ALARMES*, nº 16- julho de 1989

⁶¹ *Boletim da ALARMES*, nº 20 – novembro.

⁶² Cf: MEYER, Johanna B. R. R. *Lavadeiras não são trouxas: experiência de um movimento social em Alagoinhas*. (2012)

⁶³ Diário oficial de Alagoinhas, 25 de agosto de 1988.

Além da articulação entre os bairros de Salvador e entre as cidades do interior, a luta das lavadeiras ganhou uma dimensão nacional, principalmente, devido à interlocução da ALARMES com lavadeiras de outros Estados do Brasil. No estado do Piauí, o movimento das lavadeiras teve início em março de 1989, com a participação de 34 lavadeiras.⁶⁴ O relato da história da associação e os enfrentamentos encarados pelas lavadeiras estiveram presentes na publicação do Boletim da ALARMES de 1990.

Houve uma articulação também da ALARMES com lavadeiras de Goiânia.⁶⁵ O movimento goiano surgiu em 1985, em uma reunião de alfabetização, quando se estudava a palavra “lavadeira” e foi se descobrindo que a lavadeira poderia usufruir de direitos, como qualquer outro trabalhador. Assim como na ALARMES, as lavadeiras do referido estado também construíram um jornal: “Alerta Lavadeira”. Dentre as iniciativas das lavadeiras de Goiânia, destaca-se o encaminhamento de cartas aos constituintes, pedindo o reconhecimento da profissão das lavadeiras e passadeiras.

3.4 A ALARMES E A POLÍTICA

O estudo da cidadania vincula-se à análise dos processos de extensão de direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, para o conjunto de uma sociedade civil. Durante muitos anos a expansão de tais direitos, no Brasil, esteve associada à consolidação do regime republicano no pós 1930. No entanto, pesquisas⁶⁶ recentes têm acompanhado a construção da cidadania como um longo e tortuoso processo que se iniciou em tempos remotos, ou seja, ainda no período Imperial, mesmo que sob o contexto da escravidão.

O processo de organização da sociedade civil, a luta por direitos, a obtenção de conquistas — mesmo que limitadas —, o uso da instância jurídica como mecanismo de defesa de interesses, o exercício do voto consciente, entre outras manifestações, ilustram a composição de uma sociedade civil mais cidadã e menos amorfa do que antes se imaginava. Tais estudos têm, igualmente, ressaltado a importância da construção de uma esfera pública

⁶⁴ Boletim da ALARMES, nº 21- janeiro, fevereiro de 1990.

⁶⁵ Boletim da ALARMES, nº 19 - outubro de 1989.

⁶⁶ Em relação aos trabalhos recentes destacamos: SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SILVA JR., Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS. Porto Alegre, 2005; VISCARDI, Cláudia M. R.; JESUS, Ronaldo P. de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889- 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.1, cap. 1, p.41-42; RIBEIRO, Gladys S. (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1922-1950)*. Rio de Janeiro: Alameda, 2009.

— em que pese o anacronismo a que o uso deste conceito possa induzir — capaz de se interpor entre um Estado paternalista e uma sociedade razoavelmente organizada.

A eclosão de inúmeros movimentos sociais em todo o país, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, ratifica essa afirmativa. O período, que ficou conhecido como “década perdida” em termos econômicos, foi altamente positivo tanto no campo político quanto no cultural. Segundo Gohn (1995), a década de 1980 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais. Baseados em levantamentos realizados por essa autora, enumeramos os principais movimentos, lutas e eventos do período, que representaram as ações de novos personagens promotores das mudanças sociais:

ANO – 1979	Movimento dos Transportes Coletivos; Criação do Movimento dos Sem -Terras; Movimento das Favelas.
ANO – 1980	Criação da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS); Criação do Partido dos Trabalhadores, recriação do MDB, e outros partidos nacionais.
ANO – 1981	Movimento dos trabalhadores para a construção de Centrais Sindicais; Movimento Assembleia do Povo.
ANO – 1982	Criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); Criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)
ANO – 1983	Movimento de Desempregados em São Paulo; Onda de Saques em Supermercados e Lojas; Criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra dos Estados do Sul.
ANO – 1984	Movimento Diretas-Já; Criação do Movimento dos Mutuários do Banco Nacional de Habitação (BNH); Movimentos dos Assentamentos Rurais.
ANO – 1985	Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; Movimento pela Constituinte; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR.
ANO – 1986	Criação do Movimento dos Inquilinos Intranquilos; Movimento dos

	Proprietários Locadores de Imóveis.
ANO – 1987	Criação da União dos Movimentos da Zona Leste de São Paulo; Criação da União Democrática Ruralista (UDR).
ANO – 1988	Promulgação da Nova Constituição; Movimento em Defesa da Escola Pública.
ANO – 1989	Criação da Pró-Central dos Movimentos Populares; Recriação do Movimento pela Reforma Urbana

Os movimentos reivindicatórios, apesar de seu caráter diverso, fragmentado e localizado, apresentaram certos níveis de regularidade, homogeneidade e continuidade, durante o período de 1975 a 1990. Essa evolução é outra constatação importante da força e presença da sociedade na definição do destino do Brasil, na década de 1980.

O Movimento de Luta Contra o Desemprego - MCD galgou considerável crescimento até metade da década de 80, fortemente apoiado pela Igreja Católica e, em segundo plano, pelas ONGs.

O Movimento de Saúde – MOS nasceu na década de 1970 e se firmou na década de 80, inclusive articulando-se nacionalmente entre os Movimentos sociais. Em seu início, “abraçou” uma tendência baseada nas pastorais de saúde da Igreja Católica e, ao longo dos anos 1980, se firmou através do movimento de reforma sanitária.

O Movimento de Transporte Coletivo - MTC teve ramificações por todo o território nacional e interagiu, ativamente, com a esfera institucional. Tendo uma participação menor da igreja e maior de militantes da esquerda, se iniciou em meados dos anos 1970 e alcançou seu momento mais expressivo em meados dos anos 1980, influenciando, inclusive, a Constituinte (DOIMO, 1995).

Nas dimensões do campo, o Movimento Sem Terra – MST ganhou alcance nacional ao lutar pela reforma agrária e contra a tradicional força dos latifúndios. Este movimento contribuiu para incorporação da população rural do Brasil na cena política.

Esses movimentos traduziram a força da sociedade em busca da solução de carências que interferiam em sua sobrevivência imediata, no espaço urbano: falta de moradia, desemprego, déficit de saúde pública e precariedade de transporte coletivo; Além de demonstrarem diferentes condutas diretamente relacionadas com o momento histórico e político vigente. Nos últimos anos da década de 1970, no final do regime militar, as mobilizações funcionaram como meio de pressão sobre o sistema de decisões, mobilizando os

ânimos por transformações estruturais. Na década de 1980, os movimentos visavam reformas e readequações estruturais, requisitando o Estado como provedor, em prol de respostas positivas às demandas coletivas.

É importante considerar que tais movimentos tiveram uma atuação ampliada, reivindicando, por um lado, postos de saúde, linhas de ônibus, casas populares e frentes de emprego e, por outro, tocaram na institucionalização de políticas públicas, como o seguro desemprego, reforma urbana, descentralização da saúde e estatização dos transportes urbanos. Além disso, mexiam com o sistema de representação de interesses, lutando pela criação dos conselhos na área de saúde e pela criação do fundo de moradia popular. Desse modo, não podemos considerá-los como simples reação ao regime militar ou movimentos de cunho econômico, pois foram, na verdade, movimentos transformadores de uma sociedade insatisfeita em busca de dias melhores, o caminho trilhado para a consolidação do povo como sujeito de sua própria história.

O ano de 1989 foi marcado pela eleição presidencialista que aconteceu, de forma direta, depois de duas décadas de regime militar no país. Nesse sentido, as eleições estavam entre as preocupações da ALARMES, pois era imprescindível escolher um candidato que se alinhasse às demandas das trabalhadoras. Dessa forma, houve um chamamento da ALARMES, através de seu boletim⁶⁷: “Estas eleições são muito importantes e é preciso que o candidato seja escolhido com consciência. Não espere a última hora para escolher o seu candidato na boca de urna.” (CEAS, 1989, p. 3)

Em 1989, houve a primeira eleição direta para presidente da República, algo que não acontecia desde 1960 (CARVALHO, 2014). No final da década de 1980, o Brasil apresentava um considerável avanço político, com o fim da ditadura, a recuperação do direito ao voto, o restabelecimento do Estado de direito e elevados índices de participação eleitoral. O país reestruturou sua legislação eleitoral e partidária, dando plena liberdade de organização e formação de partidos, “caminhando a passos largos” para uma sociedade mais politizada e democrática.

O estudo de Eder Sader (1988) evidencia uma abertura para a reflexão sobre o exercício da democracia, tendo em vista os novos personagens na década de 1980. O autor destaca o novo momento que se passava no Brasil e os novos atores que compunham o debate sobre cidadania, em que os indivíduos poderiam participar da organização do Estado e da sociedade, contribuindo para a elaboração de políticas públicas efetivas:

⁶⁷ *Boletim da ALARMES*, nº 19 – outubro de 1989.

[...] na emergência de novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece o início de outro período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais. (SADER, 1988, p.40)

Diante das diversas demandas, havia um clamor em torno da construção da cidadania no Brasil. Para Giuliani (2008), do ponto de vista histórico, o processo de formação da cidadania começou com a superação da ideologia do *laissez-faire*, tendo como baliza a Primeira República. Esta cidadania, fundada na divisão do trabalho e na estratificação profissional se instaurou de forma restrita.⁶⁸ Ao longo do século XX, houve inúmeros ganhos trabalhistas e conquistas de direitos, principalmente com o estabelecimento da Consolidação das Leis dos Trabalhistas - CLT, em 1943 (GOMES, 2005). No entanto, houve recuos ao acesso à cidadania social no período do regime militar, com a repressão aos sindicatos, a supressão do salário profissional e o esvaziamento da justiça do trabalho. Carvalho (2014) aponta para o longo caminho que levou ao estabelecimento de uma cidadania no Brasil. Ele descreve sobre o percurso de 178 anos da República Brasileira e, apesar dos avanços inegáveis da Constituição de 1988, destaca as poucas mudanças no que corresponde aos ganhos práticos na vida cotidiana.

3.5 A LAVAGEM DE ROUPA E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Um dos fatores apontados pelas lavadeiras, referente ao declínio do seu ofício e por consequência da ALARMES, foi o advento das novas tecnologias para lavagem de roupa, com destaque para as máquinas de lavar. Sevckenko (2001) nos ajuda a pensar que as reivindicações a uma sociedade excludente deve se sobrepor à existência de uma tecnicidade exacerbada. Dessa forma, o conjunto de demandas questionadas pelas lavadeiras representa uma crítica ferrenha a um Estado, que não garante direitos básicos a sua categoria, combinados com um histórico de subordinação associado a esse ofício e às mulheres que desempenhavam essa função.

As máquinas de lavar surgiram como um elemento facilitador para milhares de mulheres que exerciam a dupla função e puderam encontrar nesse aparato um importante auxílio. No entanto, no que tange ao contexto das lavadeiras, que compunham movimentos sociais como a ALARMES, a máquina de lavar apareceu com a técnica que, neste momento,

⁶⁸Restrita, tendo em vista que a recém inaugurada República não se voltou para políticas públicas no campo social.

as substituíla, destituindo todo o histórico de luta de uma categoria que vinha se mostrando combativa, diante de um cenário tão adverso.

Essa adaptação aconteceu com as lavadeiras que foram obrigadas a conviver com a substituição do seu trabalho pela técnica. Para Sevcenko (2001) a alteração de padrão de comportamento das pessoas imposta pela preeminência das máquinas, das engenharias de fluxo e do compasso acelerado do conjunto, também provocou uma mudança no quadro de valores da sociedade. Essas mudanças técnicas influenciaram, de forma marcante, o modo de viver das pessoas e, conseqüentemente, as relações sociais. As novas tecnologias imprimiram um tom de modernidade para a vida da classe média.

O movimento das lavadeiras ganhou dimensões inimagináveis para uma categoria tão dispersa. As assembleias gerais, que aconteciam em Salvador, chegavam a reunir cerca de 500 lavadeiras. O nível de organização e o poder de aglutinação eram surpreendentes, levando em consideração a fragmentação e dispersão deste ofício. É notório que a própria figura da lavadeira profissional também foi perdendo a sua funcionalidade na sociedade contemporânea, tendo em vista, o advento da máquina de lavar. Isto é confirmado a partir do relato de Maria Passos, que trabalhou como lavadeira por mais de 35 anos, para ela, “se não fosse à máquina de lavar, até hoje, existia a lavadeira”. (PASSOS, 2014)

A brutal concorrência mercadológica reduziu, de maneira significativa, o mercado de trabalho dessas mulheres. Como se não bastasse o empobrecimento crescente da classe média brasileira (tradicional contratadora dos serviços de lavagem de roupa), o barateamento do preço das lavadoras caseiras e “tanquinhos” de roupa, bem como a proliferação de microempresas que oferecem o mesmo serviço em domicílio, têm repercutido no cotidiano das lavadeiras, reduzindo ainda mais sua clientela e dificultando os reajustes regulares nos preços praticados.

LAVE SUAS ROUPAS SEM SAIR DE CASA
Pegamos e devolvemos suas roupas em casa ou escritório.
Sem nenhum acréscimo.

Lavagem extremamente profissional com utilização de equipamentos e insumos de alta tecnologia que não desgasta os tecidos e são ecologicamente corretos. Lavagens a seco e Convencional.

Lavamos:

- Roupas em geral, tecidos delicados, cama, mesa e banho
- Couro, camurça, pelika, tênis
- Tapetes, cortinas, persianas (a seco)
- Estofados residenciais e automotivos (a seco com ou sem impermeabilização)

FAZEMOS PEQUENOS CONsertos EM ROUPAS

LIG & LAV
 SÓ ELA É ASSIM
 LIGUE JÁ:
248-2239

Imagem 10: Panfleto de lavanderia industrial

Além das máquinas de lavar, casas especializadas na lavagem de roupa começaram a aparecer utilizando lavanderias industriais que comportavam grandes quantidades de roupa para lavagem. A cobrança feita por estes estabelecimentos também variava de acordo à quantidade de roupas.

As novas tecnologias, oriundas de um processo de modernização da sociedade capitalista, reservaram para os trabalhos domésticos, máquinas que diminuíssem o esforço empreendido em diversos afazeres, como as máquinas de lavar, o ferro elétrico, dentre outros equipamentos, que passaram a ter um lugar cativo nos espaços domésticos. É certo que este aparato ajudou no trabalho caseiro, mas também gerou repercussões que fogem ao foco dessa pesquisa. De fato, as novas tecnologias, da sociedade contemporânea, proporcionaram o quase desaparecimento da profissão de lavadeira. Não obstante, é importante ressaltar que ainda existem lavadeiras profissionais, como é o caso de Angélica Santos, atual presidente da Pastoral das Lavadeiras de Salvador, que afirma ainda lavar roupa à mão, tendo clientes que utilizam seus serviços há mais de 20 anos. Angélica Santos diz que é com esse dinheiro que contribui com o INSS.

Apesar da preponderância das máquinas, muitas pessoas ainda preferem o trabalho manual das lavadeiras, pelo cuidado que ele pode proporcionar à algumas peças de roupa. No entanto, o espaço para a lavagem, que antes era o da casa das lavadeiras, atualmente é a casa dos clientes. Também, nos municípios do interior ainda podemos encontrar lavadeiras executando este ofício, todavia, há, hoje, também, outra opção tecnológica, que são as lavanderias industriais, local que muitas pessoas escolhem para a lavagem de suas roupas. O valor cobrado pela lavagem das roupas é determinado de acordo com cada peça lavada.

Percebemos que as duas formas de lavagem de roupas ainda caminham juntas, sejam as lavanderias industriais, como também as lavadeiras profissionais, entretanto a primeira está crescendo cada vez mais, enquanto que a segunda vem definhando de forma vertiginosa.

Após quinze anos da ALARMES, o movimento começou a declinar. Houve uma significativa mudança no número de integrantes, um desestímulo diante do não reconhecimento da profissão, uma descrença nas instituições políticas do cenário nacional. Associado a isso, nota-se o incremento das máquinas de lavar nas residências das famílias brasileiras. No entanto, ao passo que o movimento ganhou grandes dimensões, no que corresponde ao número de suas integrantes, articuladas entre os bairros periféricos de Salvador com as cidades do interior, a força tecnológica se impôs e reduziu a necessidade de contratação de uma lavadeira profissional.

Isoladas, as lavadeiras se sentiam acanhadas e desamparadas legalmente, já a organização do grupo permitiu o fortalecimento dos esforços para, então, conseguir manter a coesão. Nos idos da década de 1990, as assembleias gerais já não reuniam uma quantidade significativa de mulheres como antes. A assembleia geral de 1994 contava com 130 lavadeiras. Já se tratava de uma conjuntura diferenciada como desgaste de certas lideranças do movimento. Além disso, houve uma redução do número de grupos de bairro, o desaquecimento em outros e uma pequena renovação do quadro de lavadeiras.

O direito à aposentadoria estava associado à possibilidade de regulamentação da profissão, mas com o declínio do ofício das lavadeiras e, conseqüentemente, da ALARMES, não houve a regularização da atividade. Com isso, alternativas foram buscadas para que essas trabalhadoras pudessem se aposentar: a lavadeira de ganho foi identificada na categoria dos autônomos, uma vez que não poderia ser enquadrada na categoria de empregada doméstica, já que não exerciam as suas atividades em casa de família e não trabalhavam de maneira permanente. Assim, a lavadeira que comesasse a contribuir para Previdência Social, quando completasse 60 anos poderia se aposentar como autônoma.

Antes de ser consolidada a PEC das domésticas, os empregados domésticos estavam isentos de várias garantias.⁶⁹ O salário da doméstica era estipulado livremente entre ela e o empregador, podendo ser inferior ao mínimo legal.

Em 1998, o movimento das lavadeiras completou 15 anos e programou uma série de atividades para comemorar, dentre elas, uma exposição de fotos na Estação da Lapa, a passeata das lavadeiras e uma festa dos 15 anos no Colégio Assunção. Em reportagem publicada no *Jornal Correio da Bahia*, em 06 de maio de 2002, intitulada *Mãos Calejadas*, vê-se um pouco do reflexo da condição das lavadeiras nesta nova conjuntura, alguns anos após o início da associação das lavadeiras, na qual, elas descreveram as experiências da sua profissão como um “exercício ingrato”, uma vez que este ofício ainda não havia sido reconhecido, e, conseqüentemente, alguns direitos ainda não eram respaldados legalmente. Segundo esse periódico⁷⁰, em 2002, todas as quartas-feiras de cada mês, ainda havia reuniões da ALARMES. Guilhermina Souza (2002) que não atuava mais como lavadeira afirma: “Tenho de vir dar meu apoio porque quando a associação nasceu, vivíamos numa situação

⁶⁹A profissão doméstica era regulada pela Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972 e pelo Decreto nº 71.885, de 9 de março de 1973. Não era assegurado à empregada doméstica: salário mínimo; jornada de trabalho de 8 horas; férias proporcionais na desvinculação empregatícia; aviso prévio; repouso remunerado; correção salarial; 13º salário e direitos estabelecidos na legislação pertinente ao FGTS.

⁷⁰Cf.: *Jornal Correio da Bahia*, 06 de maio de 2002.

muito pior que hoje”. Apesar de ainda haver muitas dificuldades no cotidiano das lavadeiras, Guilhermina Souza, ressalta que a sua realidade já foi bem pior.

Ao longo dos 20 anos, o movimento foi declinando. Novas tecnologias foram substituindo a mão de obra das lavadeiras, a profissão foi perdendo a sua funcionalidade. Sem as lavadeiras, o movimento foi perdendo as suas principais personagens. Os movimentos sociais mais populares foram perdendo o seu vigor e mobilizações.

A ALARMES construiu parcerias com outras associações e sindicatos, se expandiu, através de diversos grupos na cidade de Salvador, como nas cidades do interior. Ao que parece, também possibilitou com que as lavadeiras enxergassem o seu ofício, não mais como uma condição de marginalização, mas como protagonistas e autoras de uma história escrita por elas. A associação sem regularização efetiva construiu uma bandeira de luta, mecanismos e ferramentas para alcançar seus objetivos e o fez. A não regulamentação da profissão e a inserção de tecnologias para a lavagem de roupa resultaram no fracasso para a ALARMES?

A associação não conseguiu alcançar todos os objetivos, mas, de certo, modificou o olhar e a vida de centenas de mulheres.

(IN) CONCLUSÕES: A ESCRITA DO TEXTO SEM PONTO FINAL

O exercício de construir um cenário histórico se configura como um fascínio para o ofício do(a) historiador(a), uma vez que as fontes, dos mais diversos tipos, servem para reconstituição de um território perdido pelo tempo, e que, algumas vezes, não estão registradas em papéis, mas nas memórias subjetivas e algumas vezes subterrâneas (POLLAK, 1989) daqueles que vivenciaram determinado período. Portanto, nesse empreendimento histórico, trazer sujeitos que, comumente, não estavam inseridos nessa escrita, se caracteriza como um dos principais desafios para essas narrativas.

As experiências vividas pelas lavadeiras, através do movimento social, contribuíram para que fosse construído outro sentido para a referente profissão. Ter esse ofício, no contexto da década de 1980, ainda significava não ter todas as prerrogativas trabalhistas, no entanto, ser integrante de um movimento organizado já possibilitava algumas mudanças, bem como expectativas de melhores condições de trabalho. Ser integrante de um movimento social, como é o caso das lavadeiras, colaborou para (re) significar uma identidade, alterando rotas que pareciam predestinadas à informalidade, ao não reconhecimento profissional, como também uma valorização enquanto pessoa.

Percebemos que a ALARMES possibilitou modificar vidas, por mostrar que as mulheres lavadeiras, negras e analfabetas são pessoas legítimas, ao requererem demandas com as quais não estavam sendo assistidas. Desse modo, construir uma pauta reivindicatória, em que as lavadeiras buscassem o direito à aposentadoria, à tabela de preços, à ajuda de custo para a compra de material de lavagem, 13º salário, além de outros respaldos legais, trouxe a possibilidade de mudança, favorecendo o estabelecimento de outras vivências, como também outra postura diante da realidade a que tais trabalhadoras enfrentavam cotidianamente. Consequentemente, outro discurso foi construído. Aquela contínua realidade, que parecia não mudar, foi transformada entre antes e depois do movimento, no qual as experiências configuraram como um divisor de águas na vida dessas mulheres. Nesse sentido, essa pesquisa se caracteriza por uma relevância social significativa.

Sentimentos de esperança, gratidão, expectativa, orgulho e dignidade foram postos no lugar de desalento, desamparo e humilhação. Dessa forma, adentrar na vida dessas mulheres, a partir das fontes obtidas, foi perscrutar um tema instigante, pois nos deu a possibilidade de perceber as mudanças concretas que estavam entrelaçadas e as transformações subjetivas que o movimento imprimia.

Contextualizar a época em que o Movimento foi desenrolado fora fundamental para compreendermos melhor as inquietações das lavadeiras. O Brasil da década de 1980 passava por um momento de transição política, estavam acontecendo oscilações econômicas e, com isso, a implementação de planos econômicos foi realizada para o controle da inflação, etc. Nessa conjuntura, vários segmentos populares reivindicavam demandas específicas, inclusive, para a construção da nova carta constitucional do Brasil.

Em uma espécie de jogos de identidade, a partir do que já foi levantado, podemos pensar sobre essas mulheres, a partir de uma relação consigo e com o mundo e sobre o que escreveram sobre si dentro de uma perspectiva histórica. A experiência das lavadeiras na associação possibilitou que essas mulheres se apropriassem do discurso, se reescrevessem e, por conseguinte, reescrevessem a História através das tessituras de suas vidas. Na tentativa de refazer o caminho percorrido pela ALARMES, verificamos a possibilidade de pensar sobre as lutas, as vivências cotidianas e as experiências concretas de mulheres lavadeiras na Bahia da década de 1980.

Esta pesquisa percorreu os caminhos tortuosos e difíceis pelos quais passaram as lavadeiras, tendo em vista os diversos desafios da associação, bem como os encontros encarados pelas trabalhadoras, além do contínuo processo de desaparecimento das lavadeiras.

Assim, este trabalho é, por hora, encerrado, com muitas aprendizagens a partir dos resultados alcançados. Consideramos que questões foram levantadas, reflexões foram feitas, mas, ao mesmo tempo, ficamos com a sensação de que há, ainda, linhas que precisam ser tecidas, histórias a serem mais bem vasculhadas, a exemplo do caráter nacional das lavadeiras, que pode ser investigado com mais atenção, a escuta de outros movimentos sociais que se estabeleceram na mesma época que a ALARMES e como estes enxergavam o movimento dessas trabalhadoras. Dar um ponto final a um emaranhado de questões não é tarefa tão fácil. A escrita finda com a crença de que o trabalho não se esgota, uma vez que, talvez, existam lacunas a serem preenchidas.

REFERÊNCIAS

AGENTES PASTORAIS. *Revendo a caminhada das Lavadeiras*. Salvador: novembro de 1986.

ALARMES. *Carta encaminhada ao presidente da República José Sarney*. 6 de abril de 1986.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSK, Carla; DE LUCA, Tânia Regina B. (Orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 223-249.

ASSESSORIA DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Carta resposta à comissão das lavadeiras de Salvador*. 10 de julho de 1986.

AZI, Normandia. *Entrevista*. Alagoinhas – Bahia, 2014.

BRASÃO, Inês. Da porta para dentro. In: *Revista da Biblioteca Nacional*, março, 2015.

Cardeal dá apoio às lavadeiras. *A Tarde*. Salvador: 26 de maio de 1986.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. (Orgs.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58. Disponível em <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acessado em 30 de maio de 2015.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2014.

CEAS. *Boletim da ALARMES*. Nº 1. Salvador: maio de 1987.

_____. *Boletim da ALARMES: A voz da lavadeira*. Nº 2. Salvador: junho de 1987.

_____. *Boletim da ALARMES*. Nº 3. Salvador: julho de 1987.

_____. *Boletim da ALARMES*. Nº 5. Salvador: setembro de 1987.

_____. *Boletim da ALARMES*. Nº10. Salvador: novembro de 1988.

_____. *Boletim da ALARMES*. Nº 11. Salvador: dezembro de 1988.

_____. *Boletim da ALARMES*. Nº 12. Salvador: março de 1989.

_____. *Boletim da ALARMES*. Nº 13, Salvador: abril de 1989.

- _____. *Boletim da ALARMES*. Nº 14. Salvador: maio de 1989.
- _____. *Boletim da ALARMES*. Nº 15. Salvador: junho de 1989.
- _____. *Boletim da ALARMES*. Nº 16. Salvador: julho de 1989.
- _____. *Boletim da ALARMES*. Nº 18. Salvador: setembro de 1989.
- _____. *Boletim da ALARMES*. Nº 19. Salvador: outubro de 1989.
- _____. *Boletim da ALARMES*. Nº 20. Salvador: novembro de 1989.
- _____. *Boletim da ALARMES*. Nº 21. Salvador: janeiro – fevereiro de 1990.
- _____. *Boletim da ALARMES*. Nº 23. Salvador: abril- maio de 1990.
- _____. *Lavadeiras: Mulheres Construindo um Movimento*. Salvador: Janeiro, 1989.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 10 de março de 1988.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 10 de julho de 1988.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 11 de dezembro de 1988.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 18 de junho de 1989.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 28 de agosto de 1989.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 19 de setembro de 1989.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 19 de novembro de 1989.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 27 de novembro de 1989.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 18 de março de 1990.
- _____. Tabela da ALARMES. Salvador: 17 de fevereiro de 1991.

DELGADO, Lucilia de A. N; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970) In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. (Orgs.) *O tempo da Ditadura: O regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Diário Oficial de Alagoinhas, 25 de agosto de 1988, p. 10.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: ANPOCS, 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp: São Paulo, 1995.

GIULIANI, Paolla. O Movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed Contexto, 2008, p. 649-668.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47 maio-ago. 2011, Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acessado em 20 de setembro de 2015.

GOMES, Ângela de. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2005.

_____. *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOVEN, Freddy. *Entrevista*. Alagoinhas – Bahia, 2011.

GUATTARI, Felix. Subjetividade e História. In: GUATTARI, Felix. ROLNIK, Sueli. *Microfísica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Jornal A Tarde, 21 de março de 1987.

Jornal A Tarde, 22 de maio de 1986.

Jornal A Tarde 26 de maio de 1986.

Jornal A Tarde, 23 de junho de 1986.

Jornal A Tarde, 16 de agosto de 1986.

Jornal A Tarde, 25 de agosto de 1986.

Jornal A Tarde, 29 de setembro de 1989.

Jornal Correio da Bahia, 23 de novembro de 1998.

Jornal Correio da Bahia, 06 de maio de 2002.

Jornal Tribuna da Bahia, 23 de maio de 1986.

Jornal Tribuna da Bahia, 09 de agosto de 1986.

Jornal Tribuna da Bahia, 25 de agosto de 1986.

Jornal Tribuna da Bahia, 12 de setembro de 1986.

Jornal Tribuna da Bahia, 29 de setembro de 1986.

Jornal Tribuna da Bahia, 24 de março de 1987

Lavadeiras se reúnem para discutir saúde. In: *A Tarde*, 25 de agosto de 1986.

Lavadeiras elaboram tabela única de preços. In: *A Tarde*, 23 de março de 1987.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. In: *O tempo - Dossiê Identidade e exclusão*. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

NEGRO, Antônio Luigi. *Paternalismo, populismo e história social*. In: Cad. AEL, v.11, n. 20/21, Campinas, 2004.

NETO, A. F. *A Condição social das lavadeiras*. Quando a História e a literatura se encontram. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org e trad por Antônio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31543/000497451.pdf?sequence=> Acessado em 15 de outubro de 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura História, Cidade e Trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002.

PAIVA, Cláudio C. de. *A trama cultural dos anos 80*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Departamento de Comunicação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 1987.

PASSOS, Maria de Lourdes. *Entrevista*. Alagoinhas – Bahia, 2014.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Vol 2, nº 3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

RAGO, M. Trabalho Feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

SANTA BARBARA, Reginilde R. *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: Sociabilidades e conflitos entre as lavadeiras de Feira de Santana (1929-1964)*. Dissertação (Mestrado em História), Feira de Santana, 2007.

RICHARD, Pablo. *Força ética e espiritual da teologia da libertação: no contexto da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2006.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *Brasil 1979-1989. Uma década perdida?* Jundiaí-SP: Ed. Paço Editorial: 2014.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena- Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988.

SILVEIRA, Maria Helena V. *As filhas das lavadeiras*. Porto Alegre, RS: Evangraf editoração, 2002. p. 06

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: S.O.S Corpo, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14 e 15.

SILVA, Francisco C. T. da. *A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984*. In: LINHARES, Maria Y. (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

SOUZA, Maria Angélica. *Entrevista*. Salvador- Bahia, 2014

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. In: *A árvore da liberdade*. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. São Paulo: GRD, 1979.